

RELATÓRIO MUNDIAL | 2014

EVENTOS DE 2013



Relatório Mundial

Eventos de 2014

| | |
|----------------------|----|
| África do Sul | 1 |
| Brasil..... | 7 |
| China | 15 |
| Cuba | 28 |
| Estados Unidos | 35 |
| Índia | 47 |
| México..... | 57 |
| Rússia..... | 65 |
| Síria..... | 77 |
| Venezuela..... | 84 |

ÁFRICA DO SUL

A África do Sul continua combatendo o legado do apartheid e os desafios relacionados a lidar com as crescentes demandas de seus cidadãos para a realização de direitos econômicos e sociais, bem como respeito pelas liberdades civil e política fundamentais. Embora o governo tenha obtido um sucesso relativo na prestação de serviços sociais, a má administração financeira e a corrupção—especialmente em governos locais—prejudicaram gravemente o avanço no fornecimento eficiente de serviços sociais e econômicos.

O crescente descontentamento com governos locais, o aumento dos níveis de pobreza e o desemprego contribuíram para o ressurgimento de ameaças de violência e ataques a propriedades pertencentes a refugiados, asilados e migrantes nas províncias do Cabo Oriental e Gauteng.

Ataques xenófobos

Em maio e junho, ataques xenófobos contra as empresas e casas de refugiados, asilados e migrantes desalojaram centenas de pessoas em Gauteng. Mais de 60 lojas pertencentes a estrangeiros foram forçadas a fechar depois de saques e destruição violentos por membros da comunidade nas áreas de Orange Farm e Diepsloot, em Gauteng. Em junho e setembro, ataques semelhantes contra somalis em KwaZakhele e New Brighton em Port Elizabeth, na Província do Cabo Oriental, resultaram em saques e incêndios em várias lojas. Devido ao nível de violência xenófoba, a polícia precisou realojar alguns dos estrangeiros em abrigos temporários.

Na época em que este relatório foi escrito, ninguém havia sido preso e acusado de violência xenófoba. Em vez disso, a polícia prendeu 21 pessoas em Gauteng e as acusou de violência pública; outras 100 pessoas foram presas por atos de violência em Port Elizabeth. Declarações oficiais feitas por membros de governos locais e do governo central negaram que a violência contra estrangeiros tenha sido motivada por xenofobia ou outras formas de intolerância. Essas declarações prejudicaram o desenvolvimento de uma estratégia eficaz de longo prazo por parte da polícia para impedir crimes xenófobos lidando com suas causas. Por outro lado, algumas estratégias de intervenção planejadas

por autoridades locais nas áreas afetadas, tais como campanhas de conscientização e diálogos de paz, tentaram lidar com a xenofobia.

Inquérito sobre as mortes de mineiros de Marikana

A investigação sobre as mortes de 44 pessoas, incluindo as mortes de 34 mineiros causadas pela polícia entre 11 e 16 de agosto, tem sido obstruída por atrasos no trabalho da Comissão de Inquérito de Farlam, criada para investigar essas mortes. O governo pediu que a comissão concluisse sua investigação em quatro meses, mas a velocidade do trabalho diminuiu devido à perda de documentos vitais (incluindo provas em forma de vídeo), mortes de testemunhas e uma batalha legal em curso em relação a verbas do Estado para os advogados que representam as famílias dos mineiros mortos, feridos e presos.

A comissão foi retomada em julho após uma interrupção em maio, mas os advogados que representam os mineiros feridos e presos solicitaram outro adiamento enquanto esperavam que o governo cobrisse seus honorários advocatícios. A Presidência e o Ministro da Justiça se opuseram à solicitação de verbas e os advogados levaram o caso ao Supremo Tribunal do Norte de Gauteng. Em julho, o Supremo Tribunal rejeitou a solicitação de verbas do Estado. Foi decidido pelo Juiz Raulinga que o direito a verbas do Estado não era absoluto para os mineiros de Marikana. Atrasos na entrega de provas em vídeo levaram a outra prorrogação do inquérito para 30 de outubro. Em 31 de outubro, o Presidente Jacob Zuma estendeu o prazo da Comissão de Farlam para 30 de abril de 2014.

Existem sérias preocupações sobre a conduta e a capacidade atuais dos Serviços de Polícia Sul-africanos (SAPS) em termos do uso de força em geral e de sua capacidade de lidar com revoltas de uma maneira que respeite os direitos.

Orientação sexual e identidade de gênero

A África do Sul teve um papel importante, mas inconsistente, na defesa dos direitos humanos da população LGBT internacionalmente. Dentro do país, enfrentou desafios para responder à violência generalizada (incluindo estupro e assassinato) contra lésbicas e homens transgêneros no interior.

Em 2011, a África do Sul foi fundamental na apresentação de uma resolução sem precedentes no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre o combate à

violência e à discriminação contra indivíduos com base na orientação sexual e identidade de gênero. Desde então, porém, não assumiu um papel de liderança decisivo nessa questão na ONU.

Em maio de 2011, o Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional criou um Grupo de Trabalho Nacional para abordar a violência baseada em gênero e orientação sexual contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI). Formado por representantes de departamentos do governo, organismos independentes e sociedade civil, o Grupo de Trabalho foi encarregado de desenvolver, implementar e monitorar uma estratégia de intervenção conjunta para abordar a violência baseada em gênero e orientação sexual contra pessoas LGBTI, especialmente nos tribunais e no setor de justiça criminal.

O Grupo de Trabalho se tornou inativo e ineficaz, mas foi transferido para o Setor de Desenvolvimento Constitucional do Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional e revigorado por meio de nova liderança, recursos adicionais, adoção de termos de referência claros e desenvolvimento de uma estratégia coordenada nacional para combater crimes de ódio e assegurar que crimes de preconceito contra a população LGBTI sejam monitorados e controlados rapidamente pelo sistema de justiça criminal. Se for efetivo, isso contribuirá muito para demonstrar o compromisso do governo com o combate à violência sexual e baseada em gênero por meio da realização de investigações genuínas e em tempo hábil, assim como processos criminais contra os perpetradores dessa violência.

Liberdade de expressão

O polêmico Projeto de Lei para a Proteção de Informações do Estado (o Projeto de Lei do Sigilo) continua sendo uma grave preocupação devido às suas restrições à liberdade de expressão, liberdade de informação, liberdade de imprensa e responsabilização democrática. Apresentado em março de 2010, o projeto de lei recebeu críticas por ser inconsistente com a Constituição da África do Sul e suas obrigações internacionais para com os direitos humanos. Ele foi alterado em abril de 2013 e uma nova versão ligeiramente modificada foi adotada pela Assembleia Nacional. No entanto, ainda existem graves preocupações sobre o projeto de lei, bem como sobre a falta de proteção para informantes e jornalistas que expõem informações de interesse público. Segundo a nova versão do projeto de lei, jornalistas ou informantes podem ser presos por relatar informações

consideradas confidenciais pelo governo e que expõem casos de corrupção, má administração ou conduta ilegal por parte de funcionário público—mesmo diante de um interesse público convincente.

Em 10 de setembro, o Presidente Zuma declarou que não assinaria o Projeto de Lei do Sigilo, que foi devolvido ao Parlamento para reformulação. Zuma manifestou preocupação com a seção 42, relacionada à falha em informar a posse de informações confidenciais, e com a seção 45, relacionada à classificação adequada de informações, afirmando que elas não tinham coerência e clareza e, portanto, eram inconstitucionais. Grupos da sociedade civil deram boas-vindas ao ocorrido, mas pediram que o governo abordasse outros aspectos draconianos do projeto de lei, incluindo seções que oferecem penas e sanções rigorosas pela posse de informações consideradas confidenciais pelo governo.

Grupos locais da sociedade civil instaram o governo a alterar o projeto de lei para garantir o cumprimento de normas internacionais sobre liberdade de expressão, inclusive proporcionando a defesa do interesse público. Em 12 de novembro, o Parlamento adotou uma versão revisada do projeto de lei, mas não conseguiu abordar as preocupações da sociedade civil com seus outros aspectos draconianos. O projeto de lei foi devolvido ao presidente para aprovação. Ele ainda não havia sido assinado na época em que este relatório foi escrito.

Direitos das mulheres

O polêmico Projeto de Lei do Tribunal Tradicional, que foi retirado do Parlamento em 2012, passou por um novo processo de consulta durante o primeiro semestre de 2013. Depois de audiências públicas sobre o projeto de lei, o governo enviou o relatório da consulta às nove províncias da África do Sul para determinar se ele seria apoiado. O projeto de lei tem recebido críticas por dar autoridade aos líderes tradicionais para impor versões polêmicas do direito consuetudinário que infringem os direitos das mulheres. Exemplos incluem a prática de *ukutwala* (casamento forçado), além de práticas sociais e econômicas discriminatórias, como negação do acesso à terra e herança.

Direitos de pessoas com deficiência

Apesar da legislação progressista sobre deficiências e da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as crianças com deficiência (especialmente as

que vivem em instituições em áreas rurais) têm acesso limitado à educação convencional e são particularmente vulneráveis a abusos físicos e sexuais. Os defensores de pessoas com deficiência manifestaram sérias preocupações sobre a qualidade dos cuidados institucionais fornecidos a crianças com deficiência e à falta de supervisão do governo.

Direitos de Asilo

Desafiando ordens judiciais, o Departamento de Assuntos Internos se recusou a reabrir três dos sete Escritórios de Recepção de Refugiados, fechados em 2011. Os fechamentos (que fizeram parte do plano do departamento para transferir os processos de asilo às fronteiras do país) limitaram o acesso dos requerentes de Asilo ao procedimento de asilo, bem como a autorizações de trabalho, abrigo adequado e assistência enquanto seus pedidos de refúgio estão pendentes. Em 20 de junho, o Supremo Tribunal do Cabo Oriental ordenou novamente que o governo reabrisse o Centro de Recepção de Refugiados de Port Elizabeth e garantisse seu funcionamento total até 01 de outubro. Durante a elaboração deste relatório, o centro de recepção ainda não havia sido reaberto.

Política externa da África do Sul

Desde o fim do apartheid, a África do Sul tem sido uma voz importante e influente nos debates sobre respostas internacionais a questões de direitos humanos na África e no resto do mundo. Por duas vezes, foi eleita membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas; é membro do fórum trilateral IBSA, composto por Índia, Brasil e África do Sul; faz parte do grupo de economias emergentes BRICS, formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Seu papel na União Africana (UA) e como mediadora e colaboradora para forças de manutenção da paz no continente também aumentou rapidamente. Em novembro, a África do Sul foi eleita para o Conselho de Direitos Humanos da ONU.

O governo sul-africano pós-apartheid conseguiu criar normas nacionais baseadas nos ideais de equidade, justiça e direitos humanos que, em maior medida, determinaram a abordagem do país à sua política externa. A política externa sul-africana reflete, de forma consistente, o desejo de integrar plenamente o país no sistema global. Ao mesmo tempo, sua política externa permanece sensível à história de apartheid do país, o que resulta em seu desejo de ser visto como um agente internacionalmente responsável, uma ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e um dos representantes da África em assuntos globais.

A história da África do Sul também fez com que ela visse a política externa por meio das lentes de sua própria história de alcançar soluções negociadas e embasadas localmente para situações e conflitos políticos em que a obtenção de paz e justiça foi buscada como imperativos que se reforçam mutuamente.

Muitas vezes, as diferentes vertentes concorrentes da política externa se manifestaram na aplicação inconsistente e, por vezes, contraditória dos ideais da política externa sul-africana, bem como na falha em alinhar consistentemente a política externa com os princípios de direitos humanos articulados na constituição do país.

No último ano, a África do Sul assumiu posições sobre crises políticas em vários países que, em algumas ocasiões, estiveram em desacordo com seus princípios de direitos humanos. Em agosto, o país—que desempenhou um papel fundamental na mediação da crise política no Zimbábue—endossou as problemáticas eleições de julho no Zimbábue, que resultaram no sétimo mandato do Presidente Robert Mugabe.

Na Síria, as expressões de preocupação da África do Sul com a situação política e o aumento da violência, incluindo o uso de armas químicas pelo governo sírio, foram atenuadas pela relutância em condenar os abusos cometidos pelo Presidente Bashar al-Assad contra seus próprios cidadãos. Em vez disso, o país tem repetidamente enfatizado a importância de que todas as partes envolvidas no conflito sírio participem de um diálogo nacional inclusivo para chegar a um acordo negociado. Por outro lado, a África do Sul condenou veementemente o golpe militar ocorrido em julho no Egito e os abusos em curso cometidos por militares. Também apoiou veementemente a decisão da UA de suspender o Egito do organismo regional devido à “mudança inconstitucional de governo”.

A África do Sul tem trabalhado de modo consistente para trazer paz e estabilidade para a República Democrática do Congo, além de acabar com os abusos cometidos. Para isso, forças sul-africanas foram enviadas à brigada de intervenção sob os auspícios da Missão de Estabilização da Organização das Ações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), no leste do país. A África do Sul também desempenhou papéis importantes em iniciativas de paz e reconstrução e na restauração de direitos no Sul do Sudão e na Somália.

BRASIL

O Brasil está entre as democracias mais influentes em assuntos regionais e globais. Nos últimos anos, tornou-se uma voz cada vez mais importante em debates sobre as respostas internacionais a problemas de direitos humanos. No plano doméstico, entretanto, o país continua enfrentando graves desafios relacionados aos direitos humanos, incluindo execuções extrajudiciais cometidas por policiais, tortura, superlotação das prisões e impunidade para os abusos cometidos durante o regime militar (1964-1985).

Para lidar com altos índices de criminalidade, alguns policiais brasileiros se envolvem em práticas abusivas e permanecem impunes. Recentemente, os governos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro adotaram medidas para melhorar o desempenho das polícias e cessar os abusos, mas falsos boletins de ocorrência e outras formas de acobertamento persistem.

No início de junho, centenas de milhares de pessoas pelo país protestaram contra serviços públicos inadequados, a corrupção e o alto custo das preparações para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2014 e 2016, entre outras insatisfações. Em vários incidentes, policiais usaram gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha contra manifestantes de forma desproporcional. Em outubro, mais de 200 pessoas foram presas no Rio de Janeiro após uma manifestação durante a qual bancos, lojas e edifícios foram destruídos. O Ministro de Estado da Justiça e agentes de segurança pública dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo anunciaram, em novembro, que trabalhariam em conjunto para prevenir e punir atos de violência cometidos por manifestantes e policiais.

Em agosto, a Presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei que cria o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Mecanismo será formado por 11 peritos com poderes para realizar visitas periódicas a estabelecimentos civis e militares em que indivíduos são privados de sua liberdade.

Segurança pública e conduta policial

A violência generalizada por grupos criminosos e policiais abusivos é um grave problema em diversas cidades brasileiras. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (uma organização não governamental que coleta dados oficiais de órgãos estaduais e federais),

1.890 pessoas morreram em confronto com policiais em serviço no Brasil em 2012. É uma média de cinco pessoas por dia. Somente nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, policiais foram responsáveis por 362 mortes no primeiro semestre de 2013, registradas como resultado de confrontos com criminosos. No entanto, nem todas as mortes ocorridas em decorrência de ação policial resultam do uso legítimo de força, fato esse documentado pela Human Rights Watch e outros grupos e reconhecido por agentes da justiça criminal brasileira.

Em janeiro de 2013, o governo do Estado de São Paulo editou uma resolução que proíbe policiais de removerem os corpos de vítimas de confronto das cenas do crime. Trata-se de uma tentativa de impedir o acobertamento de execuções extrajudiciais cometidas por policiais. Posteriormente, as mortes ocorridas em decorrência de ação policial no estado caíram aproximadamente 34% no primeiro semestre de 2013, segundo dados oficiais. No entanto, ainda há obstáculos significativos à responsabilização por execuções extrajudiciais em São Paulo, como falhas na preservação de provas forenses e a falta de profissionais e recursos para assessorar o Ministério Público na sua tarefa constitucional de exercer o controle externo da polícia.

Em abril de 2013, no Estado do Rio de Janeiro, 11.749 policiais e outros servidores públicos receberam compensação financeira por alcançarem metas de redução de criminalidade e violência, incluindo mortes em decorrência de ação policial. Até setembro de 2013, 34 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) haviam sido criadas em comunidades de baixa renda com o objetivo de proporcionar uma presença policial mais eficaz. O programa foi severamente criticado quando Amarildo Dias de Souza, um morador da comunidade da Rocinha, desapareceu no dia 14 de julho após ser preso por policiais da UPP local, que afirmaram tê-lo libertado. Em 02 de agosto, a Ministra de Estado de Direitos Humanos conclamou o governo do Rio de Janeiro a garantir que o desaparecimento de Amarildo fosse devidamente investigado. Em outubro, 25 policiais foram denunciados pela prática do crime de tortura em relação ao desaparecimento de Amarildo. Dezessete deles também foram denunciados pelo crime de ocultação de cadáver.

Condições carcerárias, tortura e maus-tratos

Muitas prisões e cadeias brasileiras enfrentam grave superlotação e violência. A taxa de encarceramento do país subiu quase 30% nos últimos cinco anos, de acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça. A

população carcerária adulta atual é superior a meio milhão de pessoas—43% além da capacidade do sistema prisional. Ademais, 20.000 adolescentes cumprem medidas que implicam privação de liberdade. Os atrasos no sistema de justiça contribuem para a superlotação. Quase 200.000 presos aguardam julgamento. No Estado do Piauí, 66% dos presos custodiados no sistema penitenciário são presos provisórios, a maior taxa do país.

A superlotação e a falta de saneamento facilitam a propagação de doenças; o acesso dos presos à assistência médica continua inadequado. A tortura é um problema crônico em delegacias de polícia e centros de detenção. A Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção de Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradeantes informou que recebeu relatos “repetidos e consistentes” de presos sobre espancamentos e outros maus-tratos durante a custódia policial. Agentes da segurança *pública* do Estado do Paraná foram denunciados criminalmente pelo espancamento, sufocamento e aplicação de choques elétricos a quatro homens para forçá-los a confessar o estupro e assassinato de uma menina de 14 anos em julho de 2013. Em agosto de 2013, a imprensa divulgou imagens das câmeras de segurança do complexo prisional de Vila Maria, no Estado de São Paulo, mostrando agentes da Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) espancando seis adolescentes. O diretor da unidade e outros três funcionários supostamente envolvidos no incidente foram afastados.

Autoridades responsáveis pela aplicação da lei que cometem abusos contra presos e detentos raramente são levados à justiça. Uma notável exceção ocorreu em agosto de 2013, quando 48 policiais foram condenados pelo homicídio de parcela relevante dos 111 detentos mortos na prisão do Carandiru, Estado de São Paulo, em 1992.

Em agosto de 2013, a Presidente Dilma Rousseff assinou uma lei que cria o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Mecanismo será formado por 11 peritos com poderes para realizar visitas periódicas a estabelecimentos civis e militares nos quais pessoas são privadas de sua liberdade. Também poderão iniciar investigações sobre possíveis casos de tortura e fazer recomendações a instituições públicas e privadas. No momento em que este relatório foi escrito, o Mecanismo ainda não havia entrado em pleno funcionamento.

Liberdade de expressão e Acesso à Informação

Dezenas de jornalistas que cobriram as manifestações de junho foram feridos ou detidos pela polícia. Durante um protesto em São Paulo em 13 de junho, uma repórter e um fotógrafo foram atingidos nos olhos por balas de borracha e ficaram gravemente feridos. Após o incidente, a Corregedoria da Polícia Militar de São Paulo abriu uma investigação sobre o uso de força policial contra os jornalistas. Autoridades federais conclamaram governos estaduais a oferecerem “proteção especial” a representantes da imprensa.

Seis jornalistas foram mortos no Brasil entre janeiro e novembro de 2013. Duas das vítimas trabalhavam para o jornal *Vale do Aço* no Estado de Minas Gerais. Em agosto, investigadores concluíram que policiais estavam envolvidos em suas mortes. Os policiais em questão foram detidos posteriormente e denunciados pela prática do crime de homicídio duplamente qualificado.

Até novembro de 2013, 16 dos 27 estados brasileiros haviam aprovado uma legislação para implementar a lei federal de acesso à informação que entrou em vigor em 2012. A lei determina que não poderá ser negado acesso à informação sobre violações de direitos fundamentais.

Direitos reprodutivos e violência de gênero

O Código Penal do Brasil proíbe o aborto exceto em casos de estupro ou se for necessário para salvar a vida da mulher. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal passou a incluir casos de anencefalia, ou seja, quando o feto tem uma anomalia congênita. As mulheres e meninas que fizerem um aborto fora dessas exceções estão sujeitas a penas de até três anos de prisão, enquanto aqueles que realizam abortos podem receber sentenças de até quatro anos.

Em agosto de 2013, a Presidente Dilma sancionou uma lei que exige que hospitais públicos forneçam cuidados integrais para vítimas de violência sexual, incluindo “profilaxia da gravidez” a vítimas de estupro e informações sobre o direito ao aborto nos casos permitidos por lei. Na mesma ocasião, a Presidente encaminhou um projeto de lei ao Congresso esclarecendo que “profilaxia da gravidez” consiste em “medicação com eficiência precoce para prevenir gravidez resultante de estupro”.

Orientação sexual e identidade de gênero

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu mais de 3.000 denúncias de violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) em 2012. Foi um número 166% maior do que em 2011, ano em que a Ouvidoria iniciou o monitoramento dessas denúncias por meio de um serviço de linha direta.

Em março de 2013, o Pastor Marcos Feliciano, presidente recém-eleito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, propôs um projeto de lei que suspenderia parcialmente uma resolução do Conselho Federal de Psicologia que proíbe psicólogos de tratarem a homossexualidade como uma doença. A votação do projeto de lei foi cancelada em julho após intenso protesto.

Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou uma resolução que determina que as autoridades competentes dos cartórios que se recusarem a celebrar casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo ou converter uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo em casamentos serão encaminhados à Corregedoria do Poder Judiciário para ação disciplinar. A igualdade de direitos para casais do mesmo sexo foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal em 2011.

Direitos trabalhistas

Esforços do governo federal para erradicar o trabalho forçado levaram à libertação de mais de 44.000 trabalhadores que viviam em condições análogas à escravidão desde 1995, segundo dados oficiais. Contudo, a Comissão Pastoral da Terra (uma ONG católica) recebeu denúncias referentes a aproximadamente 3.000 trabalhadores supostamente submetidos a trabalho forçado em 2012. A responsabilização criminal para os empregadores recorre a essa prática continua sendo relativamente rara.

Em junho de 2013, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado federal aprovou uma emenda constitucional que permitiria o confisco de propriedades na qual for comprovado o uso do trabalho forçado, sem direito a indenização aos proprietários. A aprovação final dependerá de votação pelo plenário do Senado.

Em março de 2013, o Brasil adotou uma emenda constitucional que garante a cerca de 6,5 milhões de trabalhadores domésticos do país o direito ao pagamento de hora extra,

seguro-desemprego, aposentadoria e jornada de trabalho de oito horas diárias (no máximo) e 44 horas semanais, dentre outros direitos.

Violência no campo

Ativistas rurais e líderes indígenas envolvidos em conflitos de terra continuam enfrentando ameaças e violência. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, 36 pessoas envolvidas em conflitos de terra foram mortas e 77 sofreram tentativas de homicídio em todo o país em 2012. Quase 2.500 ativistas rurais foram ameaçados de morte durante a última década.

Em maio de 2013, vários membros do grupo indígena Terena ficaram feridos e um foi morto durante um despejo judicial no Estado do Mato Grosso do Sul. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) havia determinado que a área era terra ancestral dos Terenás em 2010, mas, em 2012, um tribunal estadual decidiu que ela pertencia a um fazendeiro. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário da Igreja Católica, 37 membros de tribos indígenas foram mortos no Mato Grosso do Sul em 2012—o número mais alto entre todos os estados brasileiros.

Confrontando abusos do passado

Em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade começou a investigar as violações sistemáticas dos direitos humanos que ocorreram durante o regime militar (1964 - 1985), incluindo execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados, tortura, detenções arbitrárias e restrições à liberdade de expressão.

Uma lei de anistia de 1979, a qual teve sua validade confirmada em abril de 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, tem impedido que os autores desses crimes sejam processados e punidos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, seis meses depois, que essa interpretação da lei de anistia viola as obrigações do Brasil perante o direito internacional e que a anistia não pode impedir a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar.

Procuradores da República em São Paulo ofereceram em abril uma denúncia criminal contra um coronel reformado do Exército e um delegado de polícia pela prática do crime de ocultação do cadáver de um estudante morto durante a ditadura militar. Em agosto a ação penal foi acolhida por um juiz federal, dando início ao processo que levará os réus a julgamento. No Rio de Janeiro, todavia, um juiz federal recusou o cabimento de uma

denúncia criminal em junho pelo crime de sequestro em face de militares envolvidos com desaparecimento de um jornalista em 1970.

Principais atores internacionais

Em março de 2013, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária expressou preocupação em relação a longos períodos de prisão provisória e à falta de assistência jurídica pública para os detentos. Em junho, a enviada especial da ONU sobre o direito à moradia adequada pediu que autoridades locais “evitassem remoções forçadas” no preparo para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 e, além disso, cumprissem as diretrizes internacionais nos casos de despejos justificados.

Em uma visita ao Brasil no mês de julho, o Papa Francisco condenou as execuções extrajudiciais cometidas por policiais durante uma oração com crianças sem-teto no Rio de Janeiro. Também conclamou autoridades estaduais e a sociedade civil a utilizarem o diálogo como alternativa à “indiferença egoísta e o protesto violento”.

Política externa do Brasil

Após retornar ao Conselho de Direitos Humanos, o Brasil manteve uma trajetória positiva, apoiando a adoção de resoluções em diversas situações críticas de direitos humanos, incluindo no Irã e na Sri Lanka. Em junho, por exemplo, o Brasil votou a favor de duas resoluções que tratavam da deterioração da situação humanitária na Síria. Também aprovou a entrega do relatório final da Comissão Independente de Inquérito sobre a Síria à Assembleia Geral da ONU. Todavia, a delegação brasileira diminuiu significativamente sua participação nos processos e negociações do Conselho em comparação com seu papel de destaque durante o período anterior.

Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil se absteve de uma resolução em maio que condenou a violência na Síria e reconheceu a Coalizão Nacional Síria da oposição como “interlocutora representativa eficaz para uma transição política”. Além disso, se absteve, em novembro, de uma resolução da Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU que expressou preocupação sobre violações de direitos humanos no Irã como a tortura e execuções públicas. No mesmo mês, porém, o Brasil apoiou uma resolução que pedia que todas as partes envolvidas no conflito na Síria cessassem imediatamente todas as violações e abusos de direitos humanos internacionais e do direito internacional humanitário.

Em 2011, o governo Dilma retirou o seu embaixador da Organização dos Estados Americanos após a Comissão Interamericana de Direitos Humanos emitir medidas cautelares contra o Brasil devido a questionamentos sobre a falta de consulta a grupos indígenas antes do início da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. O embaixador ainda não foi reempossado.

Depois que a imprensa informou, em setembro, que os Estados Unidos e o Reino Unido monitoraram massivamente cidadãos, empresas e líderes políticos brasileiros, a presidente Dilma Rousseff cancelou uma visita de Estado aos Estados Unidos marcada para outubro. Em um discurso perante a Assembleia Geral da ONU, ela anunciou que o Brasil assumiria um papel de liderança na construção de um mecanismo global de governança da internet para proteger o direito à privacidade.

Anteriormente, o Brasil havia expressado preocupação às autoridades britânicas sobre a detenção de um cidadão brasileiro para interrogatório no Aeroporto de Heathrow, em Londres. A detenção estava aparentemente relacionada a informações sobre monitoramento dos EUA vazadas à imprensa por seu parceiro. Em novembro, o Brasil e a Alemanha propuseram uma Resolução para a Assembleia Geral da ONU pedindo que os países adotem medidas para acabar com as violações do direito à privacidade e garantam a supervisão eficaz do monitoramento de comunicações e coleta de dados pessoais pelo Estado.

CHINA

As rápidas mudanças socioeconômicas na China são acompanhadas pelo relaxamento de algumas restrições a direitos fundamentais. Entretanto, o governo continua sendo um Estado autoritário de partido único. Ele impõe restrições arbitrárias à expressão, associação, reunião e religião; proíbe sindicatos e organizações de direitos humanos independentes; e mantém o controle do partido sobre todas as instituições judiciais.

O governo censura a imprensa, a Internet, publicações impressas e pesquisas acadêmicas.

As violações dos direitos humanos são justificadas como algo necessário para preservar a “estabilidade social”. A realocação e o realojamento involuntários da população são realizados em grande escala. Políticas extremamente repressivas são impostas em áreas de minoria étnica no Tibete, Xinjiang e interior da Mongólia. Apesar de as taxas de escolarização primária e alfabetização básica serem altas, o sistema de educação da China discrimina crianças e jovens com deficiência. O governo obstrui a investigação nacional e internacional de seu histórico de direitos humanos, insistindo que se trata de uma tentativa de desestabilizar o país.

Ao mesmo tempo, os cidadãos estão cada vez mais preparados para desafiar as autoridades sobre problemas voláteis de subsistência, como confisco de terras, despejos forçados, degradação ambiental, erros judiciais, abuso de poder por grupos militares corruptos, discriminação e desigualdade econômica. Com base em relatórios de aplicação da lei, as estatísticas oficiais e acadêmicas sugerem que há entre 300 e 500 protestos todos os dias, variando de dez a dezenas de milhares de participantes. Apesar dos riscos, os usuários da Internet e a mídia orientada à reforma estão desafiando agressivamente os limites da censura. Eles defendem as normas jurídicas e a transparência, expondo delitos oficiais e exigindo reformas políticas.

Grupos e defensores da sociedade civil continuam expandindo lentamente seu trabalho apesar de sua situação precária. Uma rede de ativistas informal, mas resistente, monitora e documenta casos de direitos humanos como um movimento nacional de “weiquan” (defesa de direitos). Esses ativistas são submetidos a monitoramento policial, detenção, prisão, desaparecimento forçado e tortura.

HUMAN
RIGHTS
WATCH

“只要让我们继续上学”

中国残障人受教育阻碍重重



O governo Xi Jinping assumiu o poder formalmente em março e propôs várias reformas a políticas antigas, incluindo abolir uma forma de detenção arbitrária, conhecida como reeducação pelo trabalho, e alterações no sistema de registro de residências. Foram preparadas investigações de corrupção de alto nível, direcionadas principalmente a rivais políticos. Entretanto, o governo também adotou um tom conservador, opondo-se a regras constitucionais, liberdade de imprensa e normas jurídicas em “estilo ocidental”. Além disso, emitiu restrições mais severas para dissidentes, incluindo dois documentos legais que facilitam as acusações criminais contra ativistas e críticos da Internet.

Bo Xilai, antiga estrela política em ascensão, foi condenado à prisão perpétua em setembro depois de um julgamento que chamou a atenção do público, mas não cumpriu as normas de julgamento justo nem abordou os abusos de poder generalizados cometidos durante seu mandato em Chongqing.

Defensores dos direitos humanos

Na China, os ativistas de direitos humanos são frequentemente submetidos a encarceramento, detenção, tortura, internação em instituições psiquiátricas, prisão domiciliar e intimidação.

Uma das repressões mais graves a esses indivíduos nos últimos anos ocorreu em 2013, quando mais de 50 ativistas foram detidos entre fevereiro e outubro. Os defensores dos direitos humanos são detidos por crimes mal definidos, tais como “criar distúrbios” e “incitar a subversão” por organizar e participar de ações coletivas públicas. Em julho, as autoridades prenderam Xu Zhiyong, que é considerado um líder intelectual do Movimento dos Novos Cidadãos—uma rede de ativistas de direitos civis cujos esforços incluem uma campanha nacional que exige que funcionários públicos divulguem seus bens.

Em setembro, a ativista de Pequim Cao Shunli foi presa depois de ter sido impedida de embarcar em um voo para Genebra antes da revisão da China pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, realizada em 22 de outubro. Cao é conhecida por pressionar o governo chinês a incluir contribuições independentes da sociedade civil na elaboração do relatório da China ao CDH no âmbito de um mecanismo denominado Revisão Periódica Universal (RPU). Outra ativista, Peng Lanlan, foi libertada em agosto

depois de passar um ano na prisão por “obstrução de negócios oficiais” devido ao seu papel na campanha.

O vencedor do Prêmio Nobel da Paz Liu Xiaobo continua cumprindo sua sentença de 11 anos de prisão no norte da província de Liaoning. Sua esposa, Liu Xia, continua em prisão domiciliar ilegal. Em agosto, Liu Hui, cunhado de Liu Xiaobo, recebeu uma sentença de 11 anos por acusações de fraude; acredita-se que a sentença pesada seja parte de um esforço mais amplo para punir a família de Liu Xiaobo.

Reformas legais

Enquanto o governo rejeita a independência judicial e proíbe associações de advogados independentes, advogados progressistas e juristas continuam sendo uma força de mudança, contribuindo para o aumento da consciência e ativismo jurídicos populares.

O Partido Comunista Chinês tem autoridade sobre todas as instituições judiciais e coordena o trabalho do judiciário por meio de comissões políticas e legais. A Secretaria de Segurança Pública (polícia) ainda é o agente mais importante no sistema de justiça criminal. O uso de tortura para extrair confissões é dominante. Além disso, erros judiciais são frequentes devido a tribunais fracos e limites apertados para os direitos da defesa.

Em novembro, o governo anunciou sua intenção de abolir a reeducação pelo trabalho, isto é, uma forma de detenção arbitrária na qual a polícia pode deter pessoas por até quatro anos sem julgamento. Havia aproximadamente 160.000 pessoas em cerca de 350 campos no início do ano, mas os números diminuíram rapidamente à medida que a polícia parou de encaminhar pessoas para reeducação pelo trabalho. No entanto, a imprensa oficial informou que algumas dessas instalações estavam sendo convertidas em centros de reabilitação de dependência química (outra forma de detenção administrativa). Na época em que este relatório foi escrito, não estava claro se o governo aboliria totalmente a detenção administrativa como forma de lidar com adolescentes em conflito com a lei ou se criaria um sistema substituto para continuar permitindo a detenção sem julgamento.

A China ainda é líder mundial em execuções. O número exato continua sendo um segredo de Estado. Todavia, especialistas estimam que ele baixou progressivamente de cerca de 10.000 por ano uma década atrás para menos de 4.000 nos últimos anos.

Liberdade de expressão

A liberdade de expressão diminuiu em 2013, especialmente depois que o governo lançou um esforço concertado para controlar microblogs. O governo e o partido mantêm várias camadas de controle sobre todos os meios de comunicação e publicações.

Os censores da Internet determinam o debate online e mantêm o “Grande Firewall”, que impede que conteúdo externo chegue aos usuários da Internet na China. Apesar dessas restrições, a Internet (especialmente os serviços de microblog conhecidos como “weibo” e outras ferramentas de mídia social) é popular como um espaço relativamente livre em que os 538 milhões de usuários chineses podem se conectar e expressar suas queixas. Muitas vezes, porém, as pessoas que quebram tabus são rapidamente identificadas e seu discurso é excluído ou desautorizado; algumas são detidas ou presas.

Em janeiro, o *Southern Weekly*, um jornal de Guangzhou conhecido pelo jornalismo investigativo que rompe barreiras, participou de uma briga com a censura depois que seus editores descobriram que o editorial especial de Ano Novo havia sido reescrito por ordem dos censores e publicado sem seu consentimento. O editorial original havia pedido reforma política e respeito aos direitos garantidos pela constituição. Por sua vez, a versão publicada fez elogios ao Partido Comunista Chinês. A equipe do jornal criticou publicamente o censor superior da província, exigiu sua demissão e entrou em greve; a impressão recomeçou uma semana depois.

Em maio, o Escritório Geral do Comitê Central do Partido Comunista Chinês emitiu uma ordem de silêncio para as universidades, instruindo-as a evitar discussões relacionadas aos “sete tabus”, que incluem (segundo relatos da mídia) “valores universais” e erros do partido no passado.

Desde agosto, as autoridades estão travando uma campanha contra “rumores online”. Ela é direcionada a influentes líderes de opinião online e internautas comuns. As autoridades detiveram centenas de usuários da Internet durante dias, fecharam mais de 100 “sites de notícias” ilegais administrados por jornalistas cidadãos e detiveram o famoso comentarista liberal online Charles Xue.

Também em agosto, o agente do governo encarregado de assuntos de Internet alertou os usuários da Internet contra violar as “sete linhas básicas”, incluindo o “sistema socialista”

da China, os “interesses nacionais” do país e a “ordem pública”. Em setembro, o Supremo Tribunal Popular e a Suprema Procuradoria Popular (procuradoria do estado) emitiram uma nova interpretação judicial que se aplica a quatro cláusulas penais existentes sobre expressão na Internet, proporcionando uma base jurídica mais explícita para acusar os usuários da Internet.

Liberdade de religião

Embora a constituição garanta liberdade de religião, o governo restringe as práticas religiosas a mesquitas, igrejas, templos e monastérios aprovados oficialmente—todos organizados por cinco organizações religiosas reconhecidas de forma oficial. Ele faz auditorias das atividades, informações sobre funcionários e registros financeiros de entidades religiosas. Além disso, mantém o controle sobre as nomeações de funcionários, publicações e inscrições em seminários.

Grupos espirituais não registrados, como as “igrejas domésticas” protestantes, são considerados ilegais e estão sujeitos a invasões e fechamentos; seus membros são perseguidos e os líderes são detidos e, às vezes, presos.

O governo classifica o Falun Gong, um grupo espiritual focado em meditação, proibido desde julho de 1999, como um “culto maligno”. Seus membros são presos, perseguidos e intimidados. Depois de lançar um novo documentário sobre um campo de trabalho no qual praticantes do Falun Gong eram detidos e torturados, o cineasta e fotógrafo Du Bin foi detido em maio. Libertaram-no depois de cinco semanas em detenção.

Em abril, um tribunal da província de Henan condenou sete líderes de igrejas domésticas a penas de três a sete anos de prisão por acusações de “usar um culto para prejudicar a aplicação da lei”. As provas sugerem que eles haviam apenas participado de reuniões e divulgado as atividades da igreja.

Direitos de saúde e pessoas com deficiência

O governo editou várias leis, regulamentos e planos de ação destinados a diminuir a grave poluição ambiental e ameaças relacionadas à saúde pública; no entanto, as políticas muitas vezes não são implementadas.

Em fevereiro, a solicitação feita por um advogado, no âmbito da Lei de Informações Abertas do Governo, para revelar dados sobre a contaminação do solo foi rejeitada; segundo as autoridades, esses dados eram um “segredo de Estado”. No mesmo mês, após anos de negação e inércia, o Ministério de Proteção Ambiental finalmente reconheceu a existência de “aldeias do câncer”, isto é, com taxas de câncer anormalmente altas. Há anos, as vítimas exigiam justiça e indenização; a mídia nacional havia escrito muito sobre o assunto.

Apesar de uma revisão feita em 2012 no âmbito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, as proteções dos direitos de pessoas com deficiência continuam sendo inadequadas. Esses indivíduos enfrentam grave discriminação no trabalho e na educação; a discriminação é institucionalizada por algumas políticas do governo.

Em fevereiro, o Escritório de Assuntos Legislativos do Conselho do Estado anunciou alterações aos Regulamentos de 1994 para Educação de Pessoas com Deficiência na China. Embora sejam bem-vindas, as alterações não garantem que estudantes com deficiência possam se matricular em escolas convencionais nem solicitar modificações adequadas nas salas de aula (“acomodações”) para que possam participar plenamente em tais escolas.

Em maio, a primeira Lei de Saúde Mental da China entrou em vigor. Ela preencheu um importante vazio jurídico, mas não trata das brechas que permitem que autoridades do governo e famílias detenham pessoas em hospitais psiquiátricos contra a sua vontade. Em julho, depois que a lei entrou em vigor, Gu Xianghong ficou detida por cinco semanas em um hospital psiquiátrico de Pequim porque havia enviado uma petição às autoridades sobre suas queixas.

Direitos das mulheres

Os direitos reprodutivos das mulheres e seu acesso à saúde reprodutiva ainda são seriamente influenciados pelos regulamentos de planejamento populacional da China. Embora o governo tenha anunciado, em novembro, que casais chineses poderão ter dois filhos se um dos pais for filho único, a medida não altera as bases da política de planejamento familiar imposta pelo governo chinês, que inclui o uso de medidas legais e outras medidas coercivas—como sanções administrativas, multas e medidas coercivas, incluindo aborto forçado—para controlar as escolhas relacionadas à reprodução.

Com frequência, as repressões punitivas do governo sobre o trabalho sexual resultam em abusos graves, incluindo violência física e sexual, maior risco de doenças e acesso restrito à justiça para os profissionais do sexo do país, cujo número está estimado em quatro a dez milhões de pessoas—em sua maioria, mulheres. Os profissionais do sexo também documentaram abusos cometidos por organismos de saúde pública, como exames obrigatórios de HIV, violações de privacidade e maus-tratos por parte de agentes de saúde.

Em janeiro, o Supremo Tribunal Popular confirmou a sentença de morte contra Li Yan, uma mulher condenada pelo assassinato de seu marido que lhe agredia fisicamente. A violência doméstica não é tratada como um fator atenuante em casos de tribunal.

Em maio, Ye Haiyan, a ativista dos direitos dos profissionais do sexo mais conhecida da China, foi detida pela polícia por vários dias depois de ser agredida em sua casa, localizada na província de Guangxi, devido à exposição das condições abusivas em bordéis locais.

Apesar de reconhecer que a violência doméstica, a discriminação no mercado de trabalho e os preconceitos de gênero são generalizados, o governo limita as atividades dos grupos independentes de direitos das mulheres que se dedicam a essas questões. Eles têm dificuldade para se registrar, suas atividades são monitoradas, seus funcionários são interrogados e algumas atividades são proibidas.

Direitos trabalhistas e dos imigrantes

A Federação Chinesa de Sindicatos oficial continua sendo o único representante legal de trabalhadores; sindicatos independentes são proibidos.

Apesar dessa limitação, os trabalhadores estão se tornando cada vez mais vocais e ativos na luta por melhores condições de trabalho em todo o país, inclusive por meio de protestos e greves. Em setembro, estivadores de Shenzhen entraram em greve para exigir melhores salários e condições de trabalho. Dez dias depois, eles aceitaram um acordo mediado pelo governo que cumpria algumas de suas demandas.

Em maio, a Federação Chinesa das Mulheres emitiu um novo relatório revelando que o número de crianças imigrantes, incluindo as que moram com os pais em áreas urbanas e as que são “deixadas para trás” em áreas rurais, havia chegado a 100 milhões em 2010. As

autorizações de residência urbana—obrigatórias para obter acesso a serviços sociais, como educação—continuam sendo negadas aos trabalhadores imigrantes. Muitos desses trabalhadores deixam seus filhos em casa quando imigram para que as crianças possam ir à escola; assim, alguns ficam vulneráveis a abusos.

Embora a China tenha vários regulamentos de segurança no local de trabalho, a aplicação é frouxa, especialmente em nível local. Em junho, por exemplo, um incêndio em uma granja matou 121 trabalhadores na província de Jilin. Investigações posteriores revelaram que, dias antes, o corpo de bombeiros local havia emitido um certificado de segurança à granja, mesmo sem que ela cumprisse uma série de normas.

Orientação sexual e identidade de gênero

O governo chinês classificava a homossexualidade como doença mental até 2001. Até o momento, não existe nenhuma lei que proteja as pessoas de discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero, que continua sendo comum especialmente no local de trabalho.

A união e o casamento entre pessoas do mesmo sexo não são reconhecidos pela lei chinesa. Em fevereiro, um casal de lésbicas tentou registrar seu casamento em um cartório de Pequim, mas o pedido foi rejeitado.

Em 17 de maio, Dia Internacional contra a Homofobia, as autoridades da cidade de Changsha detiveram Xiang Xiaohan, organizador de uma parada do orgulho gay local. Ele ficou detido por 12 dias por organizar uma “marcha ilegal”. Na China, as manifestações precisam de permissão prévia, que raramente é concedida.

Tibete

O governo chinês suprime sistematicamente os direitos políticos, culturais, religiosos e socioeconômicos no Tibete em nome de combater aquilo que considera como um sentimento separatista. Isso inclui a defesa não violenta da independência tibetana, o retorno do Dalai Lama e a oposição às políticas do governo. Na época em que este relatório foi escrito, 123 tibetanos haviam cometido autoimolação em protesto contra as políticas chinesas desde o primeiro caso registrado em fevereiro de 2009.

Detenção e prisão arbitrárias continuam sendo comuns; casos de tortura e maus-tratos durante a detenção são endêmicos. Os julgamentos justos são impedidos por um sistema judiciário politizado cuja tarefa principal é reprimir o separatismo.

A polícia reprime sistematicamente todas as reuniões não autorizadas. Em 06 de julho, policiais abriram fogo em Nyitso, distrito de Dawu (em chinês, Daofu), contra uma multidão que havia se reunido no campo para celebrar o aniversário do Dalai Lama. Duas pessoas morreram no local e várias outras ficaram feridas. O governo censurou as notícias relacionadas ao evento.

Em um esforço aparente para impedir a repetição dos protestos populares de 2008, o governo manteve, em 2013, muitas das medidas adotadas durante sua brutal repressão ao movimento de protesto. Isso inclui uma enorme segurança composta principalmente por forças policiais armadas, restrições rigorosas à circulação de tibetanos no planalto do Tibete, maior controle sobre os monastérios e a proibição de jornalistas estrangeiros na Região Autônoma do Tibete, exceto se estiverem participando de um tour organizado pelo governo. O governo também adotou medidas importantes para implementar um plano relacionado a posicionar 20.000 agentes novos e grupos militares do partido na Região Autônoma do Tibete, inclusive em todas as aldeias, para monitorar as opiniões políticas de todos os moradores.

Ele também está submetendo milhões de tibetanos a uma política de realojamento e remoção em massa que altera radicalmente seu estilo de vida e meios de subsistência. Em alguns casos, isso os empobrece ou transforma em dependentes de subsídios do Estado. Não é permitido se manifestar a respeito. Desde 2006, mais de dois milhões de tibetanos (agricultores e pastores) foram realojados de forma involuntária—por meio de reformas ou construções de novas casas ordenadas pelo governo—na Região Autônoma do Tibete; na região leste do planalto tibetano, centenas de milhares de pastores nômades foram removidos ou estabelecidos em “Novas Aldeias Socialistas”.

Xinjiang

A discriminação étnica generalizada, repressão religiosa severa e aumento da repressão cultural justificados pelo governo em nome da “luta contra o separatismo, extremismo

religioso e terrorismo” continuam contribuindo para o aumento das tensões na Região Autônoma de Xinjiang Uyghur.

Em 2013, mais de cem pessoas—Uyghurs, Han e outras etnias—foram mortas em vários incidentes em toda a região. Foi o maior número de mortes desde os protestos de Ürümqi em julho de 2009. Em alguns casos, as pesadas baixas parecem ter sido resultado de investidas em estilo militar contra grupos que preparavam ataques violentos, como no distrito de Bachu em 23 de abril e no distrito de Turfan em 26 de junho. Contudo, em outros casos, parece que as forças de segurança usaram força letal contra multidões de manifestantes desarmados.

Em 28 de junho, no distrito de Hetian, a polícia tentou impedir manifestantes de marchar rumo ao município de Hetian para protestar contra o fechamento arbitrário de uma mesquita e a prisão de seu imame. Ela atirou contra a multidão e feriu dezenas de manifestantes. Em 08 de agosto, no distrito de Aksu, forças policiais impediram moradores de uma aldeia de chegar a uma mesquita próxima para celebrar um festival religioso. Elas utilizaram munição e feriram muitas pessoas. Depois de cada incidente relatado, o governo ritualisticamente culpa “separatistas, extremistas religiosos e forças terroristas” e obstrui investigações independentes.

Prisões arbitrárias, tortura e “desaparecimento” de pessoas consideradas separatistas são problemas endêmicos e amedrontam a população de forma palpável. Em julho, Ilham Tohti, professor Uyghur na Universidade de Nacionalidades de Pequim, publicou uma carta aberta ao governo solicitando a investigação de 34 casos de desaparecimento documentados. Tohti foi colocado em prisão domiciliar várias vezes e impedido de viajar para o exterior.

O governo continua demolindo bairros Uyghur tradicionais e realoja as famílias em assentamentos planejados como parte de uma política abrangente de desenvolvimento lançada em 2010. De acordo com o governo, a política foi criada para urbanizar e desenvolver Xinjiang.

Hong Kong

Embora Hong Kong continue tendo um sistema judiciário independente, imprensa livre e sociedade civil ativa, as liberdades de imprensa e reunião estão sendo cada vez mais

ameaçadas desde que o território voltou à soberania chinesa em 1997. As expectativas de que a eleição do principal executivo do território a partir de 2017 seria genuinamente competitiva diminuíram depois que Pequim indicou que somente candidatos que não “se opunham ao governo central” poderiam concorrer.

Hong Kong tem testemunhado a lenta erosão das normas jurídicas nos últimos anos, o que é exemplificado pelos controles policiais cada vez mais rigorosos sobre reuniões e procissões e pelas proibições arbitrárias do Departamento de Imigração a indivíduos que fazem críticas a Pequim, tais como membros do Falun Gong e dissidentes exilados desde a primavera democrática de 1989.

Política externa chinesa

Apesar da ascensão contínua da China como potência global e de sua transição de liderança em 2013, incluindo a nomeação de um novo ministro das relações exteriores, as antigas visões e práticas de política externa permanecem relativamente inalteradas.

Sua participação em vários mecanismos das Nações Unidas aumentou, mas não melhorou significativamente o cumprimento de normas internacionais de direitos humanos nem promoveu melhores proteções dos direitos humanos em outros países. Em uma notável exceção, logo após ser eleita para o Conselho de Direitos Humanos da ONU em novembro, a China pediu publicamente que o Sri Lanka “fizesse esforços para proteger e promover os direitos humanos”.

Mesmo diante do rápido aumento do número de mortes na Síria e das provas de que o governo sírio usou armas químicas contra civis em agosto de 2013, Pequim continua se opondo a todas as medidas significativas do Conselho de Segurança para aumentar a pressão sobre o regime de Assad e grupos rebeldes abusivos. Opôs-se ao encaminhamento da situação para o Tribunal Penal Internacional (TPI) e a um embargo de armas contra forças que cometem violações generalizadas de direitos humanos ou leis de guerra. A China também interferiu em esforços feitos pelo Conselho de Segurança para que a ajuda humanitária desesperadamente necessária cruzasse a fronteira e chegasse às áreas controladas por rebeldes no norte da Síria.

Em uma pequena mudança tática (ou da estratégia de longo prazo), as autoridades chinesas aumentaram modestamente sua participação nas críticas públicas e privadas à

Coreia do Norte, particularmente depois de ações de Pyongyang que aumentaram as tensões entre membros das “Conversações a Seis” destinadas a abordar as preocupações de segurança representadas pelo programa de armas nucleares do país.

Empresas chinesas privadas e estatais continuam sendo uma das principais fontes de investimentos estrangeiros diretos, particularmente em países em desenvolvimento; em alguns casos, porém, elas relutam ou são incapazes de cumprir as normas internacionais do trabalho.

Principais atores internacionais

A maioria dos governos que têm diálogos bilaterais sobre direitos humanos com o governo chinês, incluindo Estados Unidos, União Europeia e Austrália, realizou pelo menos uma rodada desses diálogos em 2013. Quase todos reconhecem que são de utilidade limitada para promover mudanças significativas dentro da China.

Vários desses governos manifestaram publicamente sua preocupação com casos individuais, como os de Xu Zhiyong ou Liu Hui, ou com tendências como restrições aos ativistas anticorrupção. Os embaixadores dos EUA e da Austrália, bem como o representante especial da União Europeia para direitos humanos, foram autorizados a visitar a Região Autônoma do Tibete ou outras áreas tibetanas.

Nenhum desses governos comentou a negação dos direitos políticos do povo chinês em relação a escolher seus líderes durante a transição de liderança de 2012-2013; poucos conseguiram integrar as preocupações com direitos humanos em reuniões com altos funcionários chineses.

A China participou de uma revisão do cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, feita pelo organismo internacional do tratado responsável por monitorar a implementação da Convenção, e de uma revisão de seu histórico geral de direitos humanos no Conselho de Direitos Humanos da ONU. No entanto, foi incapaz de fornecer informações básicas ou forneceu informações profundamente enganosas sobre tortura, detenção arbitrária e restrições à liberdade de expressão. Existem oito solicitações pendentes de enviados especiais da ONU para visitar a China. As agências da ONU que atuam dentro da China permanecem restritas e suas atividades são monitoradas de perto pelas autoridades.

CUBA

Em 2010 e 2011, o governo de Cuba libertou dezenas de presos políticos com a condição de que aceitassem o exílio em troca da liberdade. Desde então, tem recorrido menos a longas penas de prisão para punir dissidentes e afrouxou as restrições draconianas à viagem que dividiram famílias e impediram seus opositores de deixar a ilha e retornar a ela.

No entanto, o governo cubano continua reprimindo indivíduos e grupos que fazem críticas ao governo ou exigências relacionadas aos direitos humanos básicos. Agentes utilizam várias práticas para punir dissidentes e amedrontar o público, incluindo espancamentos, atos de humilhação pública, demissões e ameaças de prisão a longo prazo. O número de prisões arbitrárias a curto prazo aumentou drasticamente nos últimos anos e, de forma rotineira, impediu defensores dos direitos humanos, jornalistas independentes e outras pessoas de se reunir ou circular livremente.

Detenções arbitrárias e prisão a curto prazo

O governo continua recorrendo à detenção arbitrária para perseguir e intimidar indivíduos que exercem seus direitos fundamentais. A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional—um grupo independente de direitos humanos considerado ilegal pelo governo—recebeu mais de 3.600 relatos de detenções arbitrárias entre janeiro e setembro de 2013. Em 2010, foram aproximadamente 2.100.

Muitas vezes, as detenções são utilizadas de forma preventiva para impedir indivíduos de participar de eventos considerados críticos ao governo, tais como marchas pacíficas ou reuniões para discutir política. Muitos dissidentes são espancados e ameaçados no momento da detenção, mesmo se oferecerem resistência.

Os agentes de segurança quase nunca apresentam ordens de prisão para justificar as detenções e ameaçam os detentos com sentenças criminais se continuarem participando de atividades “contrarrevolucionárias”. Em alguns casos, os detentos recebem avisos oficiais que, mais tarde, podem ser usados pelos promotores em julgamentos criminais para demonstrar um padrão de comportamento delinquente. Segundo os dissidentes, esses avisos servem para desencorajar a participação em atividades consideradas críticas ao governo.

As vítimas de tais prisões podem ser mantidas incomunicáveis por várias horas a vários dias. Algumas ficam em delegacias de polícia, enquanto outras são levadas a áreas remotas, afastadas de suas casas, onde são interrogadas, ameaçadas e abandonadas.

Em 25 de agosto de 2013, mais de 30 mulheres integrantes do Damas de Blanco—um grupo fundado pelas esposas, mães e filhas de presos políticos e considerado ilegal pelo governo—foram detidas depois de assistir à missa de domingo em uma igreja em Santiago. Elas foram espancadas, colocadas em um ônibus e largadas em vários locais isolados na periferia da cidade. No mesmo dia, foram arbitrariamente detidos oito membros do grupo em Havana e mais sete em Holguín durante uma marcha pacífica rumo à missa.

Presos políticos

Os cubanos que fazem críticas ao governo podem enfrentar processos criminais. Eles não contam com as devidas garantias do processo penal, como o direito a audiências justas e públicas por um tribunal competente e imparcial. Na prática, os tribunais são “subordinados” aos poderes executivo e legislativo, o que nega uma independência judicial significativa. A liberdade condicional de presos políticos é rotineiramente negada depois de cumprirem a pena mínima exigida. Trata-se de uma punição pela recusa em participar de atividades ideológicas, como aulas de “reeducação”.

A morte do preso político Orlando Zapata Tamayo em 2010 após uma greve de fome de 85 dias, bem como a greve de fome subsequente feita pelo dissidente Guillermo Fariñas, pressionaram o governo a libertar os presos políticos restantes do “grupo dos 75” (75 dissidentes condenados a longas penas de prisão durante uma repressão em 2003). Contudo, quase todos foram obrigados a escolher entre penas de prisão contínuas e exílio forçado. A maioria esmagadora aceitou a remoção para a Espanha em troca de liberdade.

Segundo grupos de direitos humanos locais, dezenas de presos políticos permanecem em Cuba. Eles estimam que haja mais presos políticos cujos casos não podem ser documentados porque o governo impede que grupos de direitos humanos nacionais ou internacionais tenham acesso às suas prisões.

Luís Enrique Labrador Díaz foi uma das quatro pessoas detidas em janeiro de 2011 por distribuir panfletos em Havana com slogans como “Abaixo aos Castros”. Em maio de 2011,

ele foi condenado por desacato e desordem pública em um julgamento sumário fechado. Ele ainda estava preso no momento em que este relatório foi escrito.

Liberdade de expressão

O governo controla todos os meios de comunicação em Cuba e restringe rigorosamente o acesso a informações externas. Isso limita gravemente o direito à liberdade de expressão. Pouquíssimos cubanos são capazes de ler sites e blogs independentes devido ao alto custo e acesso limitado à Internet. Em relação à expansão do acesso à Internet, um decreto do governo de maio de 2013 estipula que ela não pode ser utilizada em atividades que prejudicam a “segurança pública, a integridade, a economia, a independência e a segurança nacional” de Cuba. São condições amplas que poderiam ser usadas para impedir o acesso a opositores do governo.

Um pequeno número de jornalistas e blogueiros independentes consegue escrever artigos para sites ou blogs ou publicar tweets. Contudo, pessoas que publicam informações consideradas críticas ao governo às vezes são submetidas a campanhas de difamação, ataques e prisões arbitrárias. O mesmo acontece com artistas e acadêmicos que exigem mais liberdade.

Depois que o músico de jazz Roberto Carcasses se manifestou a favor de eleições diretas e liberdade de informação durante um show realizado em Havana e televisionado para todo o país em setembro de 2013, agentes lhe disseram que suas palavras beneficiavam “o inimigo” e que ele seria proibido de se apresentar em locais administrados pelo governo. Após uma semana, o governo cancelou a proibição—amplamente mencionada na imprensa internacional. Em maio, Roberto Zurbano, diretor do instituto cultural estatal Casa de las Américas, publicou um artigo no jornal *New York Times* destacando a desigualdade e o preconceito persistentes que afetam os afro-cubanos. Posteriormente, foi atacado na imprensa controlada pelo governo e rebaixado para um cargo inferior dentro do instituto.

Defensores dos direitos humanos

O governo cubano se recusa a reconhecer o monitoramento dos direitos humanos como uma atividade legítima e nega status jurídico aos grupos de direitos humanos locais. Enquanto isso, as autoridades governamentais perseguem, atacam e aprisionam os defensores dos direitos humanos que tentam documentar abusos.

Restrições a viagens e separação familiar

As reformas nos regulamentos de viagem que entraram em vigor em janeiro de 2013 eliminam a necessidade de obter um visto de saída para deixar a ilha. Antes, isso era usado para negar o direito de viajar a opositores do governo e suas famílias. De acordo com o governo, quase 183.000 pessoas viajaram para o exterior entre janeiro e setembro de 2013. Estas incluíram defensores dos direitos humanos, jornalistas e blogueiros que, anteriormente, não haviam conseguido permissão para sair da ilha apesar de repetidas solicitações. Uma delas é a blogueira Yoani Sánchez.

Entretanto, a reforma determina que o governo pode restringir o direito de viajar por motivos vagos relacionados à “defesa e segurança nacional” ou “outros motivos de interesse público”. Assim, as autoridades poderiam negar às pessoas que expressam dissidência a possibilidade de deixar Cuba. O governo também continua arbitrariamente negando o direito de visitar a ilha aos cubanos que vivem no exterior. Em agosto, Blanca Reyes, membro do grupo Damas de Blanco que vive em exílio na Espanha, foi impedida pelo governo cubano de viajar para Cuba para visitar seu pai doente de 93 anos. Ele morreu em outubro antes que ela pudesse revê-lo.

O governo restringe a circulação dos cidadãos dentro de Cuba por meio de uma lei de 1997, conhecida como Decreto 217. Criado para limitar a migração para Havana, o decreto exige que os cubanos obtenham permissão do governo para se mudar para a capital do país. Muitas vezes, ele é usado para impedir dissidentes de viajar até a cidade para participar de reuniões, além de perseguir os dissidentes de outras partes de Cuba que moram na capital.

Condições das prisões

As prisões são superlotadas, sujas e insalubres, causando muitos problemas relacionados à desnutrição e doenças. De acordo com um artigo publicado em um jornal oficial do governo em maio de 2012, mais de 57.000 cubanos estão em prisões ou campos de trabalho. Os presos que fazem críticas ao governo ou participam de greves de fome e outras formas de protesto são submetidos a confinamento prolongado na solitária, espancamentos, restrições às visitas familiares e negação de assistência médica. Não existe nenhum mecanismo de denúncia eficaz para solicitar reparação.

Apesar de ter autorizado membros selecionados da imprensa estrangeira a realizar visitas controladas a algumas prisões em abril, o governo continuou negando acesso às prisões para grupos de direitos humanos internacionais e organizações cubanas independentes.

Principais agentes internacionais

O embargo econômico dos Estados Unidos a Cuba está em vigor há mais de meio século e continua impondo dificuldades indiscriminadas ao povo cubano. Além disso, não ajudou a melhorar a situação dos direitos humanos no país. Em outubro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, 188 dos 192 países-membros votaram a favor de uma resolução que condenava o embargo americano.

Em 2009, o Presidente Barack Obama aprovou reformas destinadas a eliminar as restrições a viagens e remessas de cubano-americanos a Cuba, que haviam começado durante o governo do Presidente George W. Bush em 2004. Em 2011, Obama utilizou seus poderes executivos para aliviar as restrições a viagens “de pessoas para pessoas”, permitindo que grupos religiosos, educacionais e culturais dos Estados Unidos viajassem a Cuba.

A União Europeia continua mantendo sua “Posição Comum” em relação a Cuba. Ela foi adotada em 1996 e condiciona a plena cooperação econômica com Cuba à transição do país para uma democracia pluralista e respeito pelos direitos humanos.

Alan Gross, profissional contratado da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, permaneceu na prisão apesar de um relatório do Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária, publicado em novembro de 2012, que exigia sua libertação immediata. Gross foi preso em Cuba em dezembro de 2009 e, mais tarde, condenado a 15 anos de prisão pela distribuição de equipamentos de telecomunicação para grupos religiosos. O grupo de trabalho disse que a detenção de Gross era arbitrária e que o governo de Cuba não havia conseguido fornecer provas suficientes para as acusações contra ele.

Em maio, Cuba passou pela segunda Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Vários países manifestaram sua preocupação com a repressão dos defensores dos direitos humanos, aumento das detenções arbitrárias e falta de liberdade de expressão. Cuba rejeitou muitas dessas recomendações alegando que eram “politicamente tendenciosas e baseadas em falsas premissas, resultantes de esforços

para desacreditar o país por parte de pessoas que, com suas ambições hegemônicas, se recusam a aceitar a diversidade e o direito à liberdade de determinação do povo cubano”.

Em novembro, Cuba foi reeleita para um assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Derrotou o Uruguai na disputa por uma vaga regional, apesar de seu registro negativo na área de direitos humanos e esforços consistentes para prejudicar o trabalho do conselho no sentido de responder a violadores dos direitos humanos.



HUMAN
RIGHTS
WATCH

TURNING MIGRANTS INTO CRIMINALS

The Harmful Impact of US Border Prosecutions

ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos têm uma sociedade civil e uma mídia vibrantes que desfrutam de fortes proteções constitucionais. Contudo, seu histórico de direitos é marcado por abusos relacionados à justiça criminal, imigração, segurança nacional e política sobre drogas. Nessas áreas, as vítimas costumam ser os membros mais vulneráveis da sociedade: minorias raciais e étnicas, imigrantes, crianças, idosos, população de baixa renda e presos.

Em 2013, foi revelada uma extensa espionagem do governo e processos criminais agressivos contra informantes. Isso gerou preocupações sobre a violação dos direitos de privacidade e liberdade de expressão, causando uma série de protestos internacionais contra as práticas americanas.

Os legisladores federais propuseram reformas para as antigas leis e políticas de imigração e de condenação, que são prejudiciais. O resultado dessas iniciativas era incerto no momento em que este relatório foi escrito.

O compromisso de fechar o centro de detenção da Baía de Guantánamo—renovado pelo Presidente Barack Obama—ainda não foi cumprido. A falta de transparência impossibilitou a avaliação da implementação das reformas prometidas em relação à prática de “assassinatos seletivos” no exterior, inclusive por meio do uso de *drones* aéreos não tripulados. Novas informações sobre ataques individuais encontraram casos de violações do direito humanitário e das leis de direitos humanos internacionais.

Condenações rigorosas

Os EUA têm a maior população encarcerada contabilizada no mundo e, de longe, a taxa de encarceramento mais elevada. No final de 2011, 2,2 milhões de pessoas estavam presas em prisões ou cadeias para adultos.

O encarceramento em massa é resultado de três décadas de rigorosos regimes de condenação estaduais e federais, incluindo o aumento do uso de penas de prisão perpétua e prisão perpétua sem liberdade condicional, alta aplicação de sentenças obrigatórias mínimas e leis “três strikes” (“tres ocorrências”). A organização “The

"Sentencing Project" informou que, nos EUA, um em cada nove presos está cumprindo pena de prisão perpétua.

O crescente número de presos idosos constitui um grave desafio para as autoridades correcionais: em 2011 (o último ano para o qual números completos estão disponíveis), 26.136 pessoas com 65 anos ou mais estavam presas em prisões estaduais e federais. Houve um aumento de 62% em cinco anos.

Em uma ação positiva, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou, em agosto, revisões às suas regras, incluindo a revisão de pedidos de soltura compassiva de presos idosos ou com deficiência. Desse modo, mais presos federais estariam elegíveis para esse mecanismo raramente utilizado.

No mesmo mês, Eric Holder, Procurador-geral dos EUA, instruiu promotores federais a tentar evitar acusações que acarretassem sentenças obrigatórias mínimas para determinados infratores não violentos e de nível inferior em casos relacionados a drogas. Apesar de ser bem-vinda, essa mudança na política ainda deixa muitos infratores relacionados a drogas sujeitos a sentenças obrigatórias desproporcionalmente longas. Esforços legislativos para conceder mais critério aos juízes em tais casos estão sendo debatidos.

Em 2013, Maryland se uniu a outros 17 estados e ao Distrito de Columbia e aboliu a pena de morte. Contudo, ela ainda é permitida em 32 estados. Até o momento em que este relatório foi escrito, 34 pessoas haviam sido executadas nos Estados Unidos em 2013. A Carolina do Norte revogou a Lei de Justiça Racial de 2009, que permitia que presos que estavam no corredor da morte apelassem contra suas sentenças com base na discriminação racial.

Disparidades raciais na justiça criminal

Brancos, afro-americanos e latinos têm taxas semelhantes de uso de drogas, mas são presos, processados e encarcerados por delitos relacionados às drogas em taxas extremamente diferentes. Por exemplo, a probabilidade de que afro-americanos sejam presos por posse de maconha é quase quatro vezes maior do que a de brancos, embora as taxas de uso de maconha sejam aproximadamente equivalentes. Apesar de serem apenas 13% da população dos EUA, os afro-americanos representam 41% dos presos estaduais e 44% dos presos federais que cumprem pena por delitos relacionados às drogas.

Como é desproporcionalmente provável que tenham antecedentes criminais, membros de minorias raciais e étnicas estão mais suscetíveis do que brancos a sofrer estigma e discriminação legal em áreas como trabalho, habitação, educação, benefícios públicos, serviço de júri e direito ao voto.

Em agosto, um tribunal federal concluiu que a polícia de “parar e revistar” do Departamento de Polícia da Cidade de Nova York (NYPD) violava os direitos das minorias. Um número desproporcional de pessoas “paradas e revistadas” no âmbito dessa política são afro-americanas ou latinas. A União pelas Liberdades Civis de Nova York informa que 89% das pessoas abordadas são inocentes de qualquer delito. A NYPD apelou da decisão.

Reforma da política sobre drogas

Nas últimas décadas, os EUA gastaram centenas de bilhões de dólares para prender e encarcerar infratores relacionados a delitos de drogas. Sua forte dependência do direito penal para o controle das drogas tem custos significativos na área de direitos humanos, incluindo violação dos direitos de autonomia e privacidade de pessoas que simplesmente possuem ou usam drogas.

Em uma mudança bem-vinda, o Departamento de Justiça dos EUA anunciou, em agosto, que não interferiria com a legalização da maconha nos estados, desde que esses estados respeitassem determinadas prioridades federais, como a proibição da venda de drogas para crianças ou transporte de drogas por meio de fronteiras estaduais. Também reconheceu que uma abordagem regulamentar estadual consistente em relação à maconha poderia impedir o crime organizado de lucrar com o comércio ilícito da droga.

Washington e Colorado prosseguiram com a implementação de iniciativas estaduais de votação para legalizar o uso recreativo da maconha, além de regularizar sua produção, venda e distribuição. Outros 20 estados legalizaram a maconha para fins medicinais.

Condições das prisões

Em setembro de 2013, foi comemorado o aniversário de 10 anos da aprovação da Lei de Eliminação de Estupro na Prisão (PREA), que resultou no desenvolvimento de padrões nacionais para detectar, prevenir e punir estupros cometidos na prisão. A implementação continua sendo um desafio: aproximadamente 4% dos presos de prisões estaduais e

federais, bem como 3% das pessoas presas em cadeias, informaram que sofreram um ou mais incidentes de abuso sexual em 2011 e 2012. Muitos incidentes continuam não sendo relatados. Os presos transgêneros continuam sofrendo altos níveis de violência durante a detenção.

Em prisões e cadeias, muitos presos—including menores de 18 anos—são mantidos em confinamento solitário. Muitas vezes, isso ocorre por semanas ou meses consecutivos. Em julho, cerca de 30.000 presos do sistema prisional da Califórnia entraram em greve de fome para protestar contra condições, incluindo o uso do confinamento solitário. O confinamento solitário prolongado é considerado um caso de maus-tratos no âmbito do direito internacional. Também pode ser visto como tortura.

Pobreza e justiça criminal

Em todo o país, réus de baixa renda definham em prisão preventiva porque são muito pobres para pagar fiança. Os dados mais recentes indicam que 60% dos detentos em cadeias—a um custo de US\$9 bilhões por ano—estão aguardando julgamento. Com frequência, isso acontece porque eles não têm recursos financeiros para assegurar sua soltura. Em 2013, o juiz superior de Nova York apoiou reformas legislativas que começariam a reduzir o encarceramento preventivo de réus indigentes.

Além disso, taxas e sobretaxas judiciais extremamente altas são cada vez mais comuns, pois condados e municípios que precisam de dinheiro costumam esperar que os tribunais cubram seus próprios custos ou acabam os utilizando como fontes de receita pública. O impacto é particularmente rigoroso em réus de baixa renda.

Práticas que exacerbam e até mesmo punem as dificuldades econômicas são cada vez mais comuns. Em Arkansas, os inquilinos que não pagam seu aluguel em dia enfrentam um processo criminal. Em estados dos EUA, os tribunais colocam centenas de milhares de contraventores em liberdade condicional com empresas privadas com fins lucrativos que não cobram nada das autoridades por seus serviços, mas arrecadam dezenas de milhões de dólares em honorários anualmente dos infratores supervisionados.

Em agosto, uma década depois que um grupo de famílias de presos apresentou uma petição que contestava as taxas exorbitantes cobradas por telefonemas interestaduais

feitos de dentro da cadeia ou da prisão, a Comissão Federal de Comunicações (FCC) votou a favor de um limite para o custo das chamadas.

Em cidades de todo o país, moradores de rua são perseguidos e presos de acordo com leis que proíbem vadiagem, mendicância e ocupação de espaço público.

Adolescentes no sistema de justiça criminal

Em quase todas as jurisdições dos EUA, números consideráveis de adolescentes em conflito com a lei são processados em tribunais para adultos e condenados a cumprir pena em cadeias e prisões para adultos.

A prática generalizada de condenar adolescentes em conflito com a lei à prisão perpétua sem a possibilidade de liberdade condicional está mudando à medida que os estados se esforçam para cumprir as recentes decisões da Suprema Corte dos EUA. Decisões separadas determinam que a pena não pode ser obrigatória para adolescentes em conflito com a lei; tampouco pode ser imposta a adolescentes condenados por crimes de não homicídio. Entretanto, a Suprema Corte ainda não aboliu a aplicação da pena a jovens. Adolescentes em conflito com a lei continuam sendo condenados a penas de prisão perpétua sem liberdade condicional por crimes de homicídio. Em 2012, a Human Rights Watch informou que, dentre 500 adolescentes que cumprem penas de prisão perpétua sem liberdade condicional, quase todos relataram violência física ou abuso sexual por parte de presos ou agentes penitenciários.

Adolescentes também são condenados a outras penas de prisão extremas que são o equivalente funcional da prisão perpétua sem liberdade condicional, uma vez que a pena excede o tempo de vida médio. Em setembro de 2013, a Califórnia aprovou uma lei destinada à criação de um processo de revisão para adolescentes condenados a penas de prisão para adultos. Ela exige que o conselho de liberdade condicional ofereça uma oportunidade significativa de soltura com base na menor culpabilidade de jovens em comparação com adultos. Em muitos casos, isso significará a antecipação da soltura.

A lei federal exige que as jurisdições registrem os adolescentes condenados por determinados crimes sexuais em um registro nacional online que pode ser acessado pelo público. O registro afeta o acesso dos adolescentes em conflito com a lei à educação, habitação e trabalho.

Os direitos de não-cidadãos

Existem aproximadamente 25 milhões de não-cidadãos nos Estados Unidos; quase 12 milhões deles estão no país sem autorização.

A vasta rede de centros de detenção da imigração nos EUA detém cerca de 400.000 não-cidadãos por ano. A qualquer momento, centenas de detentos são mantidas em confinamento solitário. Em setembro, a Polícia de Imigração e Alfândega (ICE) dos EUA anunciou que limitaria o uso do confinamento solitário, mas que este não seria proibido.

O processo criminal de crimes de imigração continua aumentando. Historicamente, eles têm sido tratados principalmente por meio de deportação e outras sanções não criminais. Em 2012, os casos de imigração constituíram 41% de todos os casos criminais federais; a reentrada ilegal se tornou o crime federal mais processado. Muitos dos acusados têm poucos ou nenhum antecedente criminal e laços substanciais com os Estados Unidos, como parentes que são cidadãos americanos aos quais tentavam se reunir quando foram presos.

Em 2013, após anos de inação, o Congresso dos EUA começou a debater uma grande reformulação do sistema americano de imigração. Em junho, o Senado aprovou um projeto de lei que criaria um caminho para a cidadania para milhões de imigrantes ilegais, além de permitir uma maior consideração do direito à unidade familiar em algumas decisões referentes à deportação. Se for transformado em lei, o projeto de lei alinharia melhor as práticas de fiscalização da imigração e detenção com os requisitos de direitos humanos, incluindo a eliminação do prazo de um ano de registro para requerentes de asilo. No entanto, continuaria obrigando a deportação automática de não-cidadãos com condenações criminais, inclusive por delitos menores. O projeto de lei determina um orçamento adicional de US\$47 bilhões para esforços de fiscalização na fronteira entre os Estados Unidos e o México, incluindo um aumento significativo nas ações penais federais de crimes de imigração e aumentos substanciais nas multas por entrada e reentrada ilegal.

Na época em que este relatório foi escrito, a Câmara dos Deputados não havia feito nenhum progresso significativo em relação a uma reforma abrangente da imigração.

Programas como “Secure Communities” e outros programas federais que envolvem agências locais de aplicação da lei continuam desempenhando um papel importante nas deportações. O governo federal apresentou esses programas como se seus alvos fossem

criminosos perigosos; no entanto, a maioria dos imigrantes deportados pelo Secure Communities não é criminosa ou inclui infratores de nível inferior. Esses programas também exacerbam a desconfiança da polícia em comunidades de imigrantes.

Os estados de Connecticut e Califórnia, em conjunto com as cidades de Newark e Nova Orleans, aderiram a um crescente número de estados e localidades que impuseram limites à participação de agentes locaisde aplicação da lei no Secure Communities, incluindo principalmente a recusa a deter pessoas sem acusações pelas autoridades federais de imigração se tiverem poucos ou nenhum antecedente criminal.

Direitos trabalhistas

Centenas de milhares de crianças e adolescentes trabalham em fazendas americanas. A Lei de Normas Trabalhistas Justas de 1938 isenta os trabalhadores rurais infantis dos requisitos de idade mínima e carga horária máxima que se aplicam a outras crianças e adolescentes que trabalham. Consequentemente, muitas vezes, os trabalhadores rurais infantis trabalham 10 horas ou mais por dia e correm o risco de exposição a pesticidas, envenenamento por nicotina, doenças provocadas pelo calor, ferimentos, incapacitação permanente e morte. Em 2012, 75% das crianças e adolescentes menores de 16 anos que morreram de ferimentos relacionados ao trabalho trabalhavam na agricultura. As proteções federais que existem não são aplicadas com frequência.

O Congresso ainda não resolveu uma brecha na lei que permite que jovens façam trabalhos perigosos na agricultura a partir dos 16 anos; o trabalho perigoso é proibido em todas as outras áreas até 18 anos de idade.

Milhões de trabalhadores nos EUA, incluindo pais de bebês, são prejudicados por leis fracas ou inexistentes referentes à licença remunerada, acomodação para amamentação e discriminação contra trabalhadores com responsabilidades familiares. A licença inadequada contribui para atrasar a imunização de bebês, depressão pós-parto e outros problemas de saúde. Também obriga as mães a parar de amamentar mais cedo. Em 2013, foram apresentados vários projetos de lei federais destinados a melhorar as políticas nacionais de trabalho-família; Rhode Island estabeleceu um seguro de licença familiar pago pelo estado, assim como Califórnia e Nova Jersey; muitas cidades adotaram leis de afastamento remunerado por doença.

Em setembro, o governo Obama editou um regulamento que encerra a exclusão de cuidadores profissionais das proteções de salário mínimo e carga horária. Esses trabalhadores (em sua maioria, mulheres, incluindo muitos imigrantes e minorias) prestam serviços essenciais a pessoas com deficiência e idosos.

Políticas de saúde

Dezesseis estados se recusam a expandir os serviços do Medicaid no âmbito da Lei de Cuidados Acessíveis, impedindo o direito à saúde para a população de baixa renda, afro-americanos e outros grupos com acesso limitado à assistência médica.

As infecções por HIV nos Estados Unidos continuam afetando desproporcionalmente comunidades minoritárias, homens que fazem sexo com homens e mulheres transexuais. Muitos estados continuam prejudicando os direitos humanos e a saúde pública por meio de restrições à educação sexual, proteções legais inadequadas para soropositivos, resistência a programas de redução de danos (como trocas de seringa) e falha em financiar a prevenção e cuidados de HIV. As medidas prejudiciais da justiça criminal incluem leis que impõem sanções maiores a pessoas que vivem com HIV e o uso da posse de preservativos como prova de prostituição pela polícia.

Os direitos de mulheres e meninas

Em fevereiro, o Congresso renovou a Lei de Violência contra a Mulher (WAVA), isto é, a lei federal primária que fornece proteção e serviços legais a vítimas de violência doméstica e sexual e perseguição. A nova lei inclui maiores proteções para vítimas que são imigrantes; lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT); e que vivem em terras tribais.

Em janeiro, um relatório da Human Rights Watch detalhou a inadequação da resposta da polícia a crimes de violência sexual no Distrito de Columbia, o que resultou em reformas na abordagem do departamento de polícia em questão a esses casos.

A contracepção de emergência se tornou disponível sem receita médica a clientes de todas as idades em 2013. Segundo o Guttmacher Institute, os estados adotaram 43 restrições no acesso ao aborto no primeiro semestre de 2013. Essas restrições assumiram várias formas, incluindo exigir que as clínicas que fazem abortos tenham privilégios de internação em hospitais locais, que as pacientes sejam submetidas a ultrassonografias antes do aborto e

a proibição do aborto após um número especificado de semanas desde a última menstruação da mulher.

Em janeiro de 2013, o Departamento de Defesa anulou uma antiga lei que proibia mulheres de assumir papéis diretos em combate.

Militares do sexo feminino e masculino continuam enfrentando altos níveis de violência sexual. O governo estima que 26.000 crimes de violência sexual ocorreram no exército em 2012. Dados do Departamento de Defesa sugerem que 62% das pessoas que denunciam esses crimes sofrem retaliação.

Orientação sexual e identidade de gênero

Em junho, a Suprema Corte dos EUA invalidou duas das iniciativas anti-LGBT mais flagrantes do país. No caso *Estados Unidos v. Windsor*, o Tribunal eliminou a seção 3 da Lei de Defesa do Casamento (DOMA) de 1996, que proibia o reconhecimento federal de casamentos entre pessoas do mesmo sexo aprovados pelo estado. No caso *Hollingsworth v. Perry*, o Tribunal negou um recurso dos proponentes da Proposição 8, um referendo de 2008 do Estado da Califórnia que revogaria o direito ao casamento para pessoas do mesmo sexo. O Tribunal ainda não tomou uma decisão sobre a constitucionalidade de leis estaduais que proíbem o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Contraterrorismo e vigilância

A detenção indefinida sem acusação ou julgamento de detentos na Baía de Guantânamo completou 12 anos, com ainda 162 pessoas detidas na instalação. Oitenta e duas delas foram liberadas para transferência para seu país de origem ou países terceiros por uma força-tarefa interagências em 2009. Embora o Presidente Barack Obama tenha renovado sua promessa de fechar a prisão de Guantânamo em maio, na época em que este relatório foi escrito, seu governo havia transferido apenas oito detentos da instalação desde 2011. Dois deles foram repatriados para a Argélia em agosto; outros dois foram repatriados para o mesmo país em dezembro.

No início de 2013, vários detentos começaram uma greve de fome em Guantânamo. Em seu auge, 106 pessoas supostamente participavam de alguma forma, sendo que 45 eram alimentadas por tubos duas vezes por dia. Grupos médicos e de direitos humanos

escreveram cartas de protesto, afirmando que a alimentação forçada de prisioneiros competentes foi uma violação da ética médica e das normas de direitos humanos.

O governo continua usando comissões militares fundamentalmente falhas em Guantánamo para processar e julgar os detentos. As audiências anteriores ao julgamento avançaram lentamente nos únicos dois casos ativos da comissão: um caso contra cinco homens acusados de conspirar para os ataques de 11 de setembro de 2001 e outro contra um homem acusado de conspirar para o bombardeio do USS Cole, no Iêmen, em outubro de 2000. A incapacidade da comissão de estabelecer regras para proteger o acesso e comunicações entre o advogado e o cliente, entre outras coisas, dificultou o andamento dos casos. A acusação anunciou que pretende acusar somente sete outros detentos de Guantánamo.

Muito tempo depois que o processo deveria ter iniciado, o governo começou a revisar os casos dos detentos de Guantánamo cuja soltura não fora proposta ou que enfrentavam acusações ativas. Este é um passo importante para fechar a instalação. Todavia, as diretrizes para as revisões não garantem os direitos fundamentais dos detentos—incluindo acesso a informações confidenciais nos casos em que elas fornecem a base para sua detenção, o direito de estar presente durante todo o processo e acesso significativo a advogados.

No final de 2012, o Comitê Seletivo de Inteligência do Senado concluiu um estudo abrangente do programa secreto de detenção e interrogação da CIA posterior a 11 de setembro de 2001, que terminou em 2009. O relatório permanecia em sigilo no momento em que este documento foi escrito.

Em maio, o Presidente Obama anunciou uma política sobre assassinatos seletivos no exterior que exige que o alvo seja uma ameaça contínua e iminente a pessoas dos EUA. Além disso, deve haver quase certeza de que nenhum civil seria ferido no ataque. Ele afirmou que a preferência do governo americano é deter ao invés de matar. A política inteira permanece em sigilo; não foram fornecidas informações sobre seu cumprimento. O governo tampouco forneceu a base jurídica integral para seus assassinatos seletivos no âmbito da legislação americana e do direito internacional.

Em agosto, o Secretário de Estado John Kerry declarou que os ataques com *drones* no Paquistão terminariam “muito em breve”; porém, não forneceu um prazo exato.

Documentos confidenciais vazados para jornalistas pelo ex-funcionário da Agência de Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden revelaram que os Estados Unidos utilizaram poderes de vigilância (concedidos pelo Congresso) secretamente para impedir ataques de terror, capturar sistematicamente enormes fluxos de dados (incluindo e-mails, pesquisas feitas na Internet, informações sobre telefonemas e outros registros) de empresas e nós de comunicação localizados nos EUA e no exterior. Em algumas ocasiões, receberam ajuda de governos estrangeiros. A maior parte do que é interceptado vem de pessoas que não são suspeitas de nenhum delito. O governo retém quantidades substanciais de dados por vários períodos. A fiscalização da vigilância pelo sistema judiciário e pelo Congresso é mínima e secreta.

Nos Estados Unidos, existe certa proteção legal para o interesse de privacidade das pessoas em relação ao conteúdo de suas comunicações. Contudo, isso não se aplica aos “metadados” ou detalhes de comunicações geralmente compartilhados com empresas ou outros terceiros (como data, horário, local, remetente e destinatário). Funcionários do governo americano afirmam que a coleta de comunicações não invade a privacidade até que os dados sejam examinados ou “consultados”. A lei dos EUA sobre espionagem oferece pouca ou nenhuma proteção da privacidade para cidadãos não americanos fora do país.

Divulgações feitas em 2013 revelaram que funcionários do governo americano também podem estar sistematicamente prejudicando as normas de criptografia e práticas de segurança internacionais adotadas por empresas de Internet, enfraquecendo a segurança online de todos os usuários.

Promotores fizeram acusações contra Snowden no âmbito da Lei de Espionagem. A legislação dos EUA não oferece proteções legais ou defesas adequadas para informantes que divulgam informações sobre segurança nacional ou inteligência para o público, nem mesmo em assuntos de grande importância pública. O governo Obama tentou bloquear as tentativas de Snowden de obter asilo em vários países. Por fim, ele conseguiu asilo temporário na Rússia.

Em agosto, um tribunal marcial americano condenou a soldado Chelsea (anteriormente Bradley) Manning a 35 anos de prisão no âmbito da Lei de Espionagem e por outras acusações referentes ao vazamento de centenas de milhares de registros secretos do governo para o WikiLeaks para publicação. Alguns continham provas de delitos ou

possíveis crimes de guerra. Antes do julgamento, Manning já tinha se declarado culpada de acusações que totalizaram 20 anos de encarceramento.

Política externa dos Estados Unidos

Em janeiro, legisladores dos EUA discutiram a possibilidade de enviar assistência militar às forças de oposição da Síria na guerra civil do país. Em fevereiro, o governo disse que começaria a enviar ajuda não letal, incluindo alimentos e suprimentos médicos, à oposição. Em setembro, parecia que os Estados Unidos estavam prontos para realizar ataques contra a Síria em resposta ao uso de armas químicas pelo governo sírio perto de Damasco, que resultou nas mortes de mais de 300 pessoas. Obama havia indicado anteriormente que o uso de armas químicas na Síria constituía uma “linha vermelha” que levaria à ação americana no conflito.

O Presidente solicitou a autorização do Congresso para o envolvimento militar do país na Síria, mas um acordo apoiado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas para submeter as armas químicas sírias a controle internacional atrasou a votação do Congresso de forma indefinida.

A Birmânia se tornou uma parte importante do “giro” de Obama em direção à Ásia, pois o país deseja diminuir sua dependência da China. Os Estados Unidos promoveram uma maior reforma política no país e incentivaram investimentos americanos na Birmânia, de acordo com os requisitos de relatório de direitos humanos que entraram em vigor em maio. Em setembro, os EUA restringiram a ajuda militar à Birmânia em função das preocupações sobre crianças-soldados.

Após a queda do Presidente Mohammed Morsi no Egito em julho, os EUA condenaram o governo militar interino por declarar estado de emergência e por violações contra civis, incluindo partidários da Irmandade Muçulmana. Em outubro de 2013, os Estados Unidos suspenderam parte da ajuda militar e econômica. Isso não ocorreu por causa dos abusos contínuos ou da falta de responsabilização, mas porque o governo interino não estava conduzindo o país no caminho da democracia.

Os Estados Unidos continuam desempenhando um papel crucial na mobilização do Conselho de Direitos Humanos da ONU para responder a violações flagrantes dos direitos humanos, incluindo no Sri Lanka, Irã e Coreia do Norte.

ÍNDIA

A Índia adotou medidas positivas em 2013, tais como o fortalecimento das leis que protegem mulheres e crianças e, em vários casos importantes, ações penais contra agentes da força de segurança do Estado por execuções extrajudiciais. O impacto desses acontecimentos dependerá, em grande parte, de um monitoramento eficaz por parte das autoridades do governo central. No mesmo ano, houve aumento das restrições à liberdade na Internet; marginalização contínua de dalits, grupos tribais, minorias religiosas, minorias sexuais e de gênero, bem como de pessoas com deficiência; ocorrências de marginalização contínua e, muitas vezes, sem reparação legal; e persistência da impunidade para abusos relacionados a insurgências, especialmente nas áreas maoístas, Jammu e Caxemira, Manipur e Assam.

Os protestos generalizados em relação ao estupro coletivo e morte de uma estudante em Nova Déli em dezembro de 2012 voltaram a chamar a atenção nacional e internacional para a necessidade de reformas institucionais capazes de garantir a proteção dos direitos humanos na Índia. A resposta do governo foi a aprovação de reformas atrasadas no direito penal do país para tratar melhor da violência baseada em gênero. Entretanto, novos relatos de violência contra mulheres e meninas expuseram a enorme lacuna entre as leis no papel e sua implementação.

O fato de que o governo respondeu à indignação pública confirma as afirmações de que existe uma vibrante sociedade civil no país. O sistema judiciário independente e a mídia livre também agiram como verificadores de práticas abusivas. Contudo, a relutância em responsabilizar funcionários públicos por abusos ou abandono do dever continua promovendo uma cultura de corrupção e impunidade.

Investigações de execuções extrajudiciais

Em dezembro de 2012, a Comissão Nacional de Direitos Humanos informou ao Supremo Tribunal que havia recebido 1.671 denúncias de execuções extrajudiciais nos últimos cinco anos. Depois de sua visita à Índia em 2012, Christof Heyns, enviado especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, enfatizou a necessidade de dar um fim à impunidade e levar os criminosos imediatamente à justiça.

A coragem e a persistência dos ativistas de direitos humanos e das famílias das vítimas resultaram em várias intervenções judiciais e investigações de mortes nas mãos de forças de segurança. Em muitos casos, as autoridades haviam alegado falsamente que as mortes ocorreram durante trocas de tiros ou em legítima defesa.

Em julho de 2013, o Supremo Tribunal criou um painel independente liderado por um juiz aposentado depois que grupos do Estado de Manipur apresentaram uma petição de interesse público solicitando a investigação de supostas 1.528 execuções extrajudiciais entre 1979 e 2012. O painel examinou seis casos emblemáticos de supostas execuções ilegais e concluiu que as leis haviam sido violadas em todos eles. Também observou que as forças de segurança estavam sendo incorretamente protegidas pela Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas (AFSPA), que proíbe ações penais contra soldados sem a aprovação do governo central. Como os oficiais raramente concedem tais aprovações, as tropas costumam desfrutar de imunidade eficaz contra ações penais.

Em janeiro de 2012, o Supremo Tribunal ordenou que um painel independente liderado por um juiz aposentado considerasse supostas 22 execuções extrajudiciais cometidas pela polícia no Estado de Gujarat entre 2002 e 2006. Em setembro de 2012, por ordem do Supremo Tribunal, começaram processos em corte marcial contra cinco oficiais do exército acusados pela Agência Central de Investigação da execução extrajudicial de cinco moradores da aldeia de Pathribal, em Jammu e Caxemira, em 2000. A Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas impediu que os oficiais fossem julgados em um tribunal civil.

Em julho de 2013, a Agência Central de Investigação registrou acusações contra os policiais responsáveis pelo assassinato do estudante Ishrat Jahan e de outras três pessoas em 2004 durante uma falsa troca de tiros. Em setembro, D.G. Vanzara, um alto funcionário preso com outras 31 pessoas pela polícia de Gujarat por sua suposta participação em execuções extrajudiciais, escreveu uma carta afirmando que as mortes ocorreram enquanto a política do governo de Gujarat estava sendo implementada.

A revogação da Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas continua sendo uma das principais exigências nos Estados do nordeste e em Jammu e Caxemira, onde está em vigor. No entanto, apesar dos apelos de inquéritos judiciais e de organismos de direitos humanos nacionais e internacionais, o governo não cumpriu sua promessa de revogar a lei abusiva devido à forte oposição do exército.

HUMAN
RIGHTS
WATCH



इस खामोशी को तोड़ना होगा भारत में बाल यौन उत्पीड़न

Violência entre comunidades

De acordo com estimativas do governo, foram registrados 451 incidentes de violência entre comunidades nos primeiros oito meses de 2013, em comparação com 410 incidentes em todo o ano de 2012. Estes incluíram confrontos entre comunidades hindus e muçulmanas na cidade de Kishtwar, em Jammu e Caxemira, no mês de agosto, que mataram três pessoas e deixaram muitos feridos. Em Bihar, uma conturbação em um restaurante à beira da estrada causou confrontos entre hindus e muçulmanos, matando duas pessoas e ferindo quase uma dúzia. Em setembro, mais de 50 pessoas morreram em um caso de violência entre hindus e muçulmanos em Muzaffarnagar, no Estado de Uttar Pradesh, localizado na região oeste do país. Existe um risco de mais violência no período que antecede as eleições de 2014 à medida que as tensões entre as duas comunidades são exploradas por grupos de interesse político.

Insurgência maoísta

A violência ligada a uma campanha armada nas regiões central e leste da Índia liderada pelo Partido Comunista da Índia (Maoísta), cujos membros são chamados de naxalitas, causou as mortes de 384 pessoas, incluindo 147 civis, em 2013. Em maio, maoístas atacaram um comboio em Chhattisgarh, matando pelo menos 20 pessoas, incluindo políticos seniores do Partido do Congresso.

Membros de grupos tribais e ativistas da sociedade civil, presos entre os maoístas e a polícia, correm risco de prisão arbitrária e tortura por parte das forças do governo, além de extorsão e assassinato por parte dos maoístas.

Contrariando ordens judiciais, as forças de segurança do governo continuaram ocupando escolas como bases para suas operações em áreas afetadas pelos maoístas. Além de colocar estudantes e professores em situação de perigo, isso impede algumas das crianças mais marginalizadas da Índia de ter acesso à educação. As escolas continuam sendo alvo de bombardeios dos maoístas.

Em 2013, membros de um grupo cultural dalit, acusados em 2011 no âmbito da severa lei de contraterrorismo do país, continuaram sujeitos à ação penal pelo suposto suporte a militantes maoístas. Repetidas vezes, tribunais decidiram que a simpatia ideológica não justifica acusações criminais.

Liberdade de expressão

Devido à violação repetida da seção 66A da Lei de Tecnologia da Informação por parte da polícia e de outras autoridades do Estado para prejudicar a liberdade na Internet, em janeiro de 2013, o governo emitiu um comunicado que obriga os policiais a pedir a autorização de funcionários de alto escalão antes de efetuar prisões no âmbito dessa lei. Embora isso represente um progresso, as cláusulas ainda estão sujeitos a abuso e são usadas para criminalizar a liberdade de expressão.

Em abril de 2013, a Índia começou a implantar um Sistema Central de Monitoramento para monitorar todas as comunicações por telefone e pela Internet. As preocupações com a possibilidade de abusos aumentaram, uma vez que o regime jurídico atual pode não fornecer fiscalização ou medidas de proteção adequadas para o direito à privacidade. De acordo com recentes relatórios de transparência do Google e do Facebook, a Índia está em segundo lugar (atrás dos Estados Unidos) em solicitação de informações particulares sobre os usuários dessas empresas.

Em algumas ocasiões, os governos estaduais cederam às demandas de grupos de interesse e censuraram materiais como livros, palestras e exibições de filmes.

Restrições à sociedade civil

A Índia continuou utilizando a Lei de Regulamentação da Contribuição Estrangeira (FCRA) para impedir a dissidência por meio da restrição do acesso a verbas estrangeiras para organizações não governamentais (ONGs) nacionais que fazem críticas ao governo. Os alvos do governo incluem grupos que protestam contra usinas nucleares e grandes projetos de infraestrutura. Um dos grupos que perdeu a permissão para receber verbas estrangeiras foi o Indian Social Action Forum, uma rede formada por mais de 700 ONGs de todo o país.

Proteção dos direitos da criança

Na Índia, muitas crianças ainda correm risco de abuso e são privadas de educação. Apesar de esforços para proibir o trabalho de crianças menores de 14 anos, milhões continuam fazendo parte da mão de obra, inclusive nas piores formas de trabalho. Segundo algumas estimativas, quase metade das crianças indianas com menos de cinco anos são malnutridas. Milhares de crianças continuam desaparecidas; muitas delas são traficadas dentro e fora do país.

A Lei do Direito das Crianças à Educação Gratuita e Obrigatória, aprovada em 2009, resultou no aumento das matrículas. Entretanto, crianças de comunidades vulneráveis, especialmente dalits e grupos tribais, sofrem várias formas de discriminação. Muitas delas abandonam os estudos e acabam entrando para o trabalho infantil.

Apesar de ter aprovado uma lei forte em 2012, o governo não conseguiu promover as reformas sistêmicas que são necessárias para assegurar a proteção de crianças contra abusos sexuais.

Direitos das mulheres

Após o alvoroço relacionado ao estupro coletivo e morte de uma estudante em Nova Déli em dezembro de 2012, o governo instituiu uma comissão formada por três membros para propor reformas legais com o objetivo de abordar melhor a violência baseada em gênero. Com base nas conclusões da comissão, o Parlamento adotou alterações que introduzem definições novas e expandidas de estupro e crime de violência sexual, criminalizam ataques com ácido, proporcionam o direito a tratamento médico e instituem novos procedimentos para proteger os direitos de mulheres com deficiência que sofrem crime de violência sexual.

Apesar dessas reformas importantes, ainda há lacunas consideráveis. Por exemplo, a lei indiana ainda não oferece recursos legais adequados para “crimes de honra” nem proteção a vítimas ou testemunhas. O Parlamento ignorou a oposição de grupos de direitos e, em abril de 2013, expandiu o âmbito de aplicação da pena de morte em casos de estupro.

Em junho, um tribunal local ordenou a reabertura da investigação sobre supostos estupros em massa nas aldeias de Kunan e Poshpora, localizadas no distrito de Kupwara (Jammu e Caxemira), em 1991. Moradores das aldeias afirmam que mulheres foram estupradas por soldados durante uma operação de isolamento e busca.

Foram relatadas centenas de estupros em todo o país em 2013. Os protestos ganharam nova força em agosto após o estupro coletivo de uma jornalista em Mumbai. Houve novos apelos por maiores medidas de segurança para mulheres em espaços públicos.

Em abril, a Índia adotou a Lei de Assédio Sexual de Mulheres no Local de Trabalho (Prevenção, Proibição e Reparação Legal) de 2013, que inclui trabalhadoras domésticas,

além de definir mecanismos de denúncia e as obrigações dos empregadores em relação a proporcionar um ambiente de trabalho seguro.

Cuidados paliativos

Após uma série de medidas positivas adotadas em 2012 para lidar com a dor e outros sintomas de centenas de milhares de pessoas com doenças incuráveis, o progresso na área de cuidados paliativos diminuiu consideravelmente em 2013. Até o momento, o governo não destinou um orçamento para implementar a estratégia nacional progressiva de cuidados paliativos; além disso, o Parlamento não considerou alterações críticas na Lei de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, que aumentariam drasticamente a disponibilidade de fortes medicamentos para a dor. Mais de sete milhões de pessoas precisam de cuidados paliativos anualmente na Índia.

Direitos de pessoas com deficiência

Embora a Índia esteja participando de um processo de reforma para implementar leis nacionais relacionadas à deficiência e à saúde mental, os ativistas se preocupam com a possibilidade de que elas não estejam em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi ratificada pelo país em 2007.

O número de casos de violência contra mulheres e meninas com deficiências mentais ou intelectuais – incluindo confinamento voluntário, abusos físicos e sexuais, tratamento desumano ou degradante e terapia de eletrochoque excessiva – continua muito elevado em centros de cuidados residenciais estatais e privados, sobre os quais não há fiscalização adequada. Na família e na comunidade, mulheres e meninas com deficiência também sofrem violência, incluindo esterilização involuntária.

Pena de morte

A moratória não oficial de oito anos da Índia para a pena de morte terminou em novembro de 2012 com o enforcamento de Mohammad Ajmal Kasab, um paquistanês condenado por vários assassinatos nos ataques a hotéis de luxo e à principal estação ferroviária de Mumbai, ocorridos em novembro de 2008. Em fevereiro de 2013, o governo executou Mohammad Afzal Guru, condenado por um ataque contra o Parlamento indiano em dezembro de 2001. Desde sua posse em julho de 2012, o Presidente Pranab Mukherjee rejeitou 11 pedidos de clemência, confirmando a pena de morte para 17 pessoas.

A legislação Indiana permite a pena de morte somente nos casos “mais raros”; porém, em novembro de 2012, o Supremo Tribunal decidiu que essa norma não era aplicada de maneira uniforme há anos e que as normas de pena de morte precisavam de “uma atualização”.

Principais atores internacionais

A violência sexual contra mulheres na Índia foi condenada internacionalmente em 2013. Após o notório estupro coletivo e assassinato ocorridos em Nova Déli em dezembro de 2012, Ban Ki-moon, Secretário-geral da ONU, pediu que a Índia adotasse “medidas e reformas adicionais para impedir tais crimes e levar os criminosos à justiça”. Os ataques a turistas estrangeiros fizeram com que alguns países, como Estados Unidos e Reino Unido, emitissem alertas instruindo turistas do sexo feminino a tomar cuidado.

Apesar da enormidade dos problemas de direitos humanos na Índia, os países que normalmente mencionam questões de direitos humanos em suas relações internacionais continuam adotando uma abordagem discreta em relação à maior democracia do planeta.

Política externa da Índia

A Índia não correspondeu às expectativas em termos de promover o respeito pela democracia e pelos direitos humanos em sua política externa. Embora aspire a um maior papel em assuntos mundiais e a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o país fez pouco no sentido de abordar alguns dos problemas mais urgentes enfrentados pelo mundo em 2013, como as crises na Síria e no Egito.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Índia raramente apoiou resoluções de direitos humanos para países específicos. Apesar de geralmente optar por uma política de “não interferência nos assuntos internos” de outros países, a Índia notavelmente apoiou resoluções do CDH de 2012 e 2013 que exigiam responsabilização por supostos crimes de guerra no Sri Lanka. Também foi a favor da restauração de um governo eleito no Nepal.

Em negociações bilaterais, a Índia exigiu que o governo birmanês promovesse a tolerância religiosa e a harmonia após ataques contra muçulmanos de Rohingya, no Estado de Arakan, e a comunidades muçulmanas na região central da Birmânia em vários incidentes no ano de 2013.

A Índia participou da promoção da estabilidade e dos direitos humanos no Afeganistão. Ofereceu quase US\$2 bilhões para os esforços de reabilitação e reconstrução do país, apoiou a educação para meninas, proporcionou treinamento policial e garantiu asilo a vários ativistas que fugiam de ameaças talibãs.



HUMAN
RIGHTS
WATCH

LOS DESAPARECIDOS DE MÉXICO

El persistente costo de una crisis ignorada

MÉXICO

Após assumir o cargo em dezembro de 2012, o Presidente Enrique Peña Nieto reconheceu que a “guerra contra as drogas” iniciada por seu predecessor Felipe Calderón havia levado a graves abusos por parte das forças de segurança. No início de 2013, o governo informou que mais de 26.000 pessoas haviam sido dadas como desaparecidas desde 2007—um problema que chamou de “crise humanitária”. Foi promulgada uma ampla legislação destinada a assegurar os direitos das vítimas.

No entanto, o governo avançou pouco na repressão aos homicídios generalizados, desaparecimentos forçados e torturas cometidos por soldados e policiais durante esforços para combater o crime organizado, inclusive no mandato de Peña Nieto. Os militares acusados de violações dos direitos humanos continuam sendo julgados dentro do tendencioso sistema de justiça militar, o que garante a impunidade. Alguns suspeitos de crimes podem ficar detidos por 80 dias sem nenhuma acusação no âmbito da cláusula de *arraigo*.

Desaparecimentos

As forças de segurança do México têm participado de desaparecimentos forçados generalizados desde que o ex-presidente Calderón (2006-2012) iniciou uma “guerra contra as drogas”. Membros de todos os ramos das forças de segurança continuam causando desaparecimentos durante o governo Peña Nieto; em alguns casos, colaboram diretamente com grupos criminosos. Em junho de 2013, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do México informou que estava investigando 2.443 desaparecimentos nos quais havia encontrado provas de envolvimento de agentes do Estado.

De forma rotineira, promotores e policiais não realizam etapas básicas de investigação para procurar pessoas desaparecidas ou identificar os responsáveis pelos desaparecimentos. Muitas vezes, eles culpam as vítimas e dizem às famílias para investigar. As famílias dos desaparecidos podem perder o acesso a serviços sociais básicos que estão ligados ao emprego da vítima, como assistência infantil.

Em fevereiro de 2013, o governo Peña Nieto reconheceu que mais de 26.000 pessoas haviam sido dadas como desaparecidas desde dezembro de 2006. Em maio, foi criada uma unidade na Promotoria de Justiça Federal para investigar desaparecimentos forçados e outros. No momento da elaboração deste relatório, referida Promotoria ainda não tinha apresentado um progresso significativo nas investigações criminais ou buscas pelas vítimas. O México ainda não tem um banco de dados nacional para pessoas desaparecidas nem um banco de dados nacional dos milhares de restos mortais não identificados, muitos dos quais foram encontrados em valas comuns.

Abusos militares e impunidade

O México depende muito dos militares para combater a violência e o crime organizado relacionados às drogas. Isso resultou em violações generalizadas de direitos humanos. Entre dezembro de 2006 e meados de setembro de 2013, a CNDH recebeu 8.150 denúncias de abusos cometidos pelo Exército. Ela emitiu relatórios sobre 116 casos em que foi constatado que militares haviam cometido graves violações dos direitos humanos.

Os soldados que cometem esses abusos quase nunca são levados à justiça. O principal motivo é que tais casos continuam sendo investigados e julgados no sistema de justiça militar, no qual não há independência nem transparência. A Promotoria de Justiça Militar abriu mais de 5.600 investigações sobre supostos abusos cometidos por soldados contra civis entre janeiro de 2007 e meados de 2013. Contudo, até outubro de 2012, os juízes militares haviam condenado apenas 38 militares por violações dos direitos humanos.

No momento em que este relatório foi escrito, a Comissão de Justiça do Senado estava considerando uma proposta de reforma do código de justiça militar cujo objetivo seria garantir que abusos cometidos por militares contra civis fossem julgados no sistema de justiça civil.

Tortura

A tortura é uma prática generalizada no México para obter confissões e extrair informações. Ocorre com mais frequência no período entre a detenção arbitrária das vítimas e o seu encaminhamento aos promotores. Durante este período, elas costumam ficar incomunicáveis em bases militares ou outros locais de detenção ilegal. As táticas mais comuns incluem espancamentos, afogamentos simulados, choques elétricos e

tortura sexual. Muitos juízes continuam aceitando confissões obtidas por meio de tortura, apesar da proibição constitucional de tais provas.

Os agentes de justiça raramente aplicam o Protocolo de Istambul, isto é, um conjunto de princípios para avaliar uma possível vítima de tortura ou maus-tratos. A Promotoria de Justiça Federal aplicou o protocolo em 302 casos entre 2003 e agosto de 2012; sinais de tortura foram encontrados em 128. No entanto, durante esse período, referida Promotoria abriu somente 39 investigações por tortura e nenhuma delas resultou em condenação. Entre janeiro e setembro de 2013, a Comissão Nacional de Direitos Humanos recebeu mais de 860 denúncias de tortura ou tratamento cruel ou desumano por parte de agentes federais.

Sistema de justiça criminal

Rotineiramente, o sistema de justiça criminal não proporciona justiça às vítimas de crimes violentos e violações dos direitos humanos. As causas dessa falha incluem corrupção, treinamento e recursos inadequados e a cumplicidade de promotores e defensores públicos. Em resposta às demandas de um movimento amplo, o México promulgou a Lei das Vítimas em janeiro de 2013. Sua finalidade é garantir justiça, proteção e reparações para vítimas de crimes. Na época de elaboração deste relatório, os regulamentos para sua implementação ainda não tinham sido aprovados. Em algumas partes do país, o fracasso da aplicação da lei tem contribuído para o surgimento de novos grupos de autodefesa formados por cidadãos armados.

Em 2008, o México aprovou uma reforma constitucional para transformar seu sistema de justiça inquisitorial escrito em um sistema litigioso oral. A implementação da reforma (que as autoridades têm até 2016 para concluir) tem sido lenta. No momento em que este relatório foi escrito, apenas três dos 32 estados mexicanos haviam implementado a reforma totalmente; 13 tinham migrado parcialmente para o novo sistema.

A reforma também introduziu a cláusula de *arraigo*, que permite que os promotores tenham autorização judicial para prender suspeitos de crime organizado por até 80 dias antes de acusá-los. Em abril de 2013, a Câmara dos Deputados aprovou reformas destinadas a reduzir o tempo máximo que esses indivíduos podem ficar presos sem

acusação para 35 dias—mas a medida não foi erradicada. O Senado ainda não havia aprovado a reforma no momento em que este relatório foi escrito.

Em setembro de 2013, a Suprema Corte decidiu que os direitos garantidos por tratados internacionais de direitos humanos têm o mesmo peso que aqueles garantidos pela Constituição. Entretanto, nos casos em que a Constituição limita um direito expressamente, essa limitação prevaleceria sobre os tratados internacionais. Tal restrição vai contra o princípio *pro homine*, que exige que os Estados interpretem obrigações legais da maneira que ofereça a melhor proteção aos direitos humanos do indivíduo.

Condições das prisões

Além de superlotadas e sujas, as prisões não oferecem segurança básica para a maioria dos presos. Os presos que acusam guardas ou outros presos de ataques ou outros abusos não têm um sistema eficaz para solicitar reparação.

Aproximadamente 65% das prisões são controladas pelo crime organizado. Segundo a CNDH, a corrupção e a violência não param de crescer. Cerca de 108 presos haviam morrido até novembro de 2013.

Liberdade de expressão

Os jornalistas—principalmente aqueles que escrevem sobre crimes ou fazem críticas a agentes—sofrem perseguição e ataques. Pelo menos 85 jornalistas foram mortos entre 2000 e agosto de 2013; outros 20 desapareceram entre 2005 e abril de 2013, de acordo com a CNDH. Rotineiramente, as autoridades não investigam crimes contra jornalistas de forma adequada. Muitas vezes, sua profissão não é considerada um motivo.

Os jornalistas frequentemente optam pela autocensura em função de ataques realizados por agentes do governo e grupos criminosos. A falta de regulamentação da publicidade do Estado também pode limitar a liberdade de imprensa, pois permite que o governo tenha uma influência financeira desproporcional sobre os meios de comunicação.

O México criou uma procuradoria especial para Crimes contra a Liberdade de Expressão em 2006. Até o momento, porém, foi obtida apenas uma sentença criminal nas 378 investigações iniciadas. Com a legislação promulgada em maio de 2013, a Promotoria de

Justiça Federal passou a ter poder para assumir qualquer investigação sobre ataques contra a imprensa.

Violência baseada em gênero

As leis mexicanas não protegem mulheres e meninas de forma adequada contra a violência doméstica e a violência sexual. Algumas cláusulas contradizem as normas internacionais. Um exemplo são as cláusulas que relacionam a gravidade da punição para alguns crimes sexuais à “castidade” da vítima. As mulheres e meninas que sofrem esses tipos de violações dos direitos humanos geralmente não as informam às autoridades; aquelas que o fazem costumam enfrentar desconfiança, apatia e desrespeito. Em janeiro de 2013, o México alterou sua lei de violência contra a mulher para agilizar as medidas de proteção emergencial para vítimas de violência baseada em gênero.

Direitos reprodutivos

Em agosto de 2008, a Suprema Corte confirmou a constitucionalidade de uma lei da Cidade do México que legalizou o aborto nas primeiras 12 semanas de gestação. Desde então, 16 das 32 entidades federais do México criaram leis para reconhecer o direito à vida a partir do momento da concepção. Isso limita a capacidade da mulher de exercer seu direito à saúde. Em 2010, a Suprema Corte decidiu que todos os Estados devem oferecer contracepção de emergência e acesso ao aborto para vítimas de estupro. Contudo, na prática, muitas mulheres e meninas enfrentam graves barreiras no acesso ao aborto após a violência sexual, incluindo informações incorretas e intimidação por parte de agentes.

Casamento entre pessoas do mesmo sexo

Em agosto de 2010, a Suprema Corte reconheceu que casais do mesmo sexo na Cidade do México tem o direito de adotar crianças e se casar. Também determinou que os 31 Estados mexicanos devem reconhecer os casamentos entre pessoas do mesmo sexo realizados na Cidade do México. Todavia, a decisão não exige que os próprios Estados reconheçam esse direito; muitos ainda negam o direito de casar a casais do mesmo sexo. Em dezembro de 2012, a Suprema Corte do México derrubou uma lei de Oaxaca que definia o casamento como sendo entre um homem e uma mulher.

Acesso a cuidados paliativos

Dezenas de milhares de pacientes enfrentam obstáculos enormes e, muitas vezes, intransponíveis no acesso a cuidados ao fim da vida, apesar de a lei mexicana conceder-lhes direito a tais cuidados. Os programas de seguro de saúde ainda não abordam adequadamente as necessidades de saúde de pacientes incuráveis; os regulamentos ligados ao controle de drogas restringem desnecessariamente o acesso à morfina (um medicamento essencial para dores intensas); e o treinamento na área de cuidados paliativos para profissionais da saúde continua sendo insuficiente.

Migrantes

Centenas de milhares de migrantes não documentados passam pelo México a cada ano. Muitos sofrem graves abusos no caminho—como desaparecimentos e violência sexual—nas mãos do crime organizado, autoridades de migração e forças de segurança. As autoridades não adotaram medidas adequadas para proteger os migrantes nem para investigar e julgar as pessoas que cometem abusos. Em 2011, foi aprovada uma nova lei da migração ostensivamente destinada a proteger os direitos dos migrantes. No entanto, a polícia continua detendo e perseguindo migrantes não documentados.

Os funcionários de abrigos para migrantes lidam com ameaças e perseguição de grupos criminosos e agentes. O governo não conseguiu implementar as medidas de proteção concedidas a esses centros por organismos de direitos humanos nacionais e internacionais. Pelo menos três centros de migrantes foram forçados a fechar ou seus funcionários foram forçados a fugir em 2013.

Em setembro, a Promotoria de Justiça Federal autorizou a criação de uma equipe (incluindo peritos forenses internacionais) para identificar mais de 200 restos mortais que supostamente pertencem a migrantes.

Direitos trabalhistas

O domínio de sindicatos pelegos continua obstruindo atividades legítimas de organização do trabalho. Com frequência, os sindicatos independentes são impedidos de entrar em negociação com a gerência, enquanto os trabalhadores que tentam formar sindicatos independentes correm o risco de perder seus empregos. Uma lei trabalhista de 2012 não conseguiu resolver a falta de transparência e democracia nos poderosos sindicatos

pelegos. Além disso, foi incapaz de proteger os direitos dos trabalhadores em relação a formar sindicatos independentes e realizar negociações coletivas.

Defensores de direitos humanos

Defensores e ativistas de direitos humanos continuam sofrendo perseguições e ataques, muitas vezes no contexto da oposição a “megaprojetos” de infraestrutura ou extração de recursos. Em muitos casos, existem provas—incluindo testemunhos ou rastreamento de telefones celulares—de que agentes do Estado estão envolvidos em agressões contra defensores dos direitos humanos. Das 89 agressões contra defensores dos direitos humanos registradas pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos entre novembro de 2010 e dezembro de 2012, nenhuma resultou em condenação.

Em junho de 2012, o México promulgou uma lei para proteger defensores dos direitos humanos e jornalistas. No momento em que este relatório foi escrito, o mecanismo de proteção criado pela lei não havia sido implementado de forma eficaz. As medidas de proteção demoram a chegar, são insuficientes ou, em alguns casos, incompletas. O mecanismo é prejudicado pelo número reduzido de funcionários, que tem treinamento inadequado, atrasos no acesso às verbas, falhas na coordenação com instituições estaduais, falta de disseminação para as pessoas em risco e falta de apoio público por parte de agentes do governo de alto nível.

Principais agentes internacionais

Os Estados Unidos destinaram mais de US\$2 bilhões em auxílio ao México por meio da Iniciativa Mérida (um pacote de ajuda acordado em 2007, sem limite anual). O objetivo é ajudar o México a combater o crime organizado. Uma parcela de quinze por cento da assistência somente pode ser usada depois que o Secretário de Estado dos EUA declarar que o governo mexicano está cumprindo os requisitos de direitos humanos.

Entretanto, o impacto desses requisitos é prejudicado pelo fato de que o Departamento de Estado dos EUA tem informado repetidamente ao Congresso dos EUA que eles estão sendo cumpridos, apesar das provas esmagadoras do contrário. Muitas vezes, menciona-se um progresso vago e incompleto em relação ao cumprimento dos requisitos, levando o Congresso a liberar as verbas.

O enviado especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias realizou uma missão de inquérito no México em abril-maio de 2013 e informou que as execuções extrajudiciais por parte das forças de segurança eram generalizadas e frequentemente ocorriam sem responsabilização.

Em outubro de 2013, o México foi submetido à sua segunda Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. As principais recomendações incluíram colocar as violações de direitos humanos cometidas por militares sob jurisdição civil e reforçar o mecanismo de proteção para defensores dos direitos humanos e jornalistas.

RÚSSIA

Continua a repressão à sociedade civil e aos opositores do governo que foi iniciada pelas autoridades russas em 2012. A aplicação da lei de “agentes estrangeiros” resultou em uma campanha de inspeção nacional sem precedentes envolvendo centenas de organizações não governamentais (ONGs). Dezenas de grupos estão desafiando os promotores públicos nos tribunais, recusando-se a se registrar como “agentes estrangeiros”. O Parlamento adotou leis que restringem os direitos da população LGBT e a liberdade de expressão, além de infringir o direito à privacidade. Os abusos no Cáucaso do Norte continuam.

Sociedade civil

Uma lei de 2012 exige que as ONGs que recebem verbas estrangeiras e realizam “atividades políticas” (termo cuja definição é muito ampla) se registrem como “agentes estrangeiros”. Desse modo, são efetivamente apresentadas como espiões estrangeiros. Para as autoridades, “político” é todo trabalho que pede reformas, aumenta a conscientização e auxilia vítimas de abusos.

Entre março e maio de 2013, as autoridades submeteram centenas de ONGs a inspeções invasivas com a finalidade de intimidar os grupos e forçá-los a se registrar como “agentes estrangeiros”.

Na época em que este relatório foi elaborado, as autoridades haviam instaurado processos administrativos contra pelo menos nove organizações inspecionadas: cinco contra líderes de tais grupos pela recusa em se registrar. Como resultado, dois grupos foram forçados a fechar; outros três, no mínimo, optaram por encerrar as operações para evitar outras ações legais repressivas. A Promotoria ordenou que dezenas de outros grupos se registrassem ou advertiu-os de que isso poderia ser necessário. Muitas organizações também sofreram sanções por supostas violações da lei de combate a incêndio, regulamentos tributários e trabalhistas e normas sanitárias.

Orientação sexual e identidade de gênero

Em junho de 2013, o Parlamento aprovou por unanimidade uma lei que proíbe a promoção de “propaganda de relacionamentos sexuais não tradicionais”, ou seja, relacionamentos entre lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros (LGBT), entre crianças. Os infratores

podem receber multas pesadas e, no caso de estrangeiros, detenção por até 15 dias e deportação. Desde 2006, leis semelhantes que proíbem a “propaganda da homossexualidade” entre crianças foram aprovadas em 11 regiões russas.

Também no mês de junho, o Parlamento aprovou uma lei que proíbe a adoção de crianças russas por casais estrangeiros do mesmo sexo e por indivíduos solteiros de países em que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido por lei. Em setembro, vários deputados apresentaram um projeto de lei que transformaria a homossexualidade de um pai em base legal para a negação dos direitos parentais. Ela foi retirada posteriormente para revisão.

O debate sobre essas leis foi acompanhado por discurso homofóbico, inclusive por parte de funcionários públicos, e aumento da violência homofóbica. Três assassinatos por homofobia foram relatados em diferentes regiões da Rússia em maio de 2013.

Grupos vigilantes, formados por nacionalistas radicais e neonazistas, atraem homens ou meninos para reuniões nas quais são acusados de serem gays, humilhados e espancados. Os vídeos feitos são postados em redes sociais. Em setembro de 2013, por exemplo, um vídeo mostrou o estupro de um imigrante uzbeque que foi ameaçado com uma arma e forçado a dizer que era gay. Algumas investigações foram realizadas, mas ainda não resultaram em processos criminais efetivamente.

Liberdade de expressão

Em junho de 2013, o Presidente Vladimir Putin assinou uma lei que impõe uma pena de prisão de três anos, no máximo, por “insultos públicos aos sentimentos de seguidores de uma religião”. Ela não contém nenhuma definição clara de atos ou discursos considerados “insultantes”. A lei ainda não entrou em vigor.

Durante a elaboração deste relatório, o Parlamento estava debatendo um projeto de lei para proibir críticas que contestam a equidade das decisões judiciais do Julgamento de Nuremberg ou ações de coligações anti-hitleristas, com pena de prisão máxima de três anos. Quem fizer isso na mídia ou enquanto ocupar um cargo público recebe uma condenação criminal mais rigorosa, chegando a cinco anos de prisão.



HUMAN
RIGHTS
WATCH

Олимпийские антирекорды

Эксплуатация трудовых мигрантов в ходе подготовки к зимним
Олимпийским играм 2014 г. в Сочи

Prisões e perseguição de defensores dos direitos humanos, opositores do governo e outros críticos

As autoridades continuam processando pessoas que participaram de uma grande manifestação realizada na Praça Bolotnaya, em Moscou, na véspera da posse de Putin em maio de 2012. Os motivos alegados são acusações desproporcionais de “perturbações da ordem pública em massa” e supostos atos de violência contra a polícia. Na época em que este relatório foi escrito, duas pessoas foram condenadas a dois anos e meio e a quatro anos e meio de prisão, respectivamente; uma delas foi condenada a tratamento psiquiátrico compulsório por tempo indefinido. Outras 24 pessoas foram acusadas, sendo que 14 foram mantidas em prisão preventiva—cerca de 10 por mais de um ano. Doze das 24 pessoas estavam sendo julgadas.

Em julho, um Tribunal condenou o blogueiro anticorrupção e líder da oposição Alexei Navalny a cinco anos de prisão por acusações de peculato com motivos políticos. Ele foi solto, mas haverá apelação. Em 16 de outubro, um Tribunal de Apelação suspendeu a sentença.

Duas integrantes do grupo punk Pussy Riot, condenadas em 17 de agosto de 2012 por uma apresentação de 40 segundos na maior catedral de Moscou, não obtiveram liberdade condicional apesar de várias tentativas e continuam cumprindo suas penas de prisão de dois anos. Em setembro, uma delas, Nadezhda Tolokonnikova, entrou em greve de fome para protestar contra supostas condições de trabalho desumanas, privação de sono e ameaças por parte de agentes penitenciários. Ela reiniciou a greve de fome em outubro para enfatizar as ameaças recebidas. As autoridades russas mantiveram Tolokonnikova incomunicável por mais de 26 dias durante sua transferência para uma prisão em Kransoyarsk.

Em julho, um Tribunal de Nizhny Novgorod rejeitou uma petição da Promotoria para proibir o livro *International Tribunal for Chechnya* (Tribunal Internacional para a Chechênia) por ser “extremista”. O livro pede a criação de um tribunal internacional para investigar supostos crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos durante duas guerras na Chechênia. Em outubro, essa decisão foi mantida por um Tribunal de Apelação.

Em setembro, autoridades russas prenderam 30 ativistas da organização internacional Greenpeace por realizar um protesto no Mar de Pechora. As autoridades responsáveis pela investigação acusaram-lhes de pirataria e, em seguida, alteraram a acusação para vandalismo. Na época em que este relatório foi escrito, 29 dos 30 indivíduos haviam sido soltos sob fiança.

Em novembro, Mikhail Savva, líder de uma ONG julgado em Krasnador por suposta má administração de um subsídio do governo, afirmou no Tribunal que as autoridades pretendiam acusá-lo de traição em um esforço de intimidação. Savva disse que as autoridades mencionaram que ele havia recebido subsídios estrangeiros por anos e se reunido com funcionários da embaixada americana, entre outras coisas.

Cáucaso do Norte

A insurgência islâmica nas repúblicas do Cáucaso do Norte continuou em 2013, particularmente no Daguestão. De acordo com o *Caucasian Knot*, um portal independente de comunicação online, 375 pessoas foram mortas na região do Cáucaso do Norte durante os primeiros nove meses de 2013, incluindo 68 civis, e 343 pessoas ficaram feridas, incluindo 112 civis. Aproximadamente 64% das mortes e 71% dos ferimentos informados pelo *Caucasian Knot* ocorreram no Daguestão.

Segundo o Memorial Human Rights Center, um dos grupos independentes de direitos mais conhecidos da Rússia, oito pessoas foram vítimas de detenções estilo rapto por agências do governo no Daguestão entre janeiro e junho de 2013. Cinco ainda estavam desaparecidas na época em que este relatório foi escrito. O novo líder do Daguestão, Ramazan Abdulatipov, abandonou as políticas de contrainsurgência “maleáveis” de seu antecessor, incluindo uma comissão para o retorno dos insurgentes a uma vida pacífica e promoção de diálogo com muçulmanos salafistas. A perseguição de salafistas por agentes da lei aumentou em 2013. Abusos impunes, tais como tortura, raptos e ataques contra supostos insurgentes e suas famílias, serviram para alienar as comunidades salafistas. Para combater “extremistas”, as autoridades perdoaram a formação de milícias populares, o que forçou alguns salafistas a fugirem de suas casas.

Em julho, agressores não identificados mataram Akhmednabi Akhmednabiev, um jornalista independente que fazia críticas aos abusos cometidos por agências de aplicação

da lei e de segurança. A investigação oficial, que ainda estava em andamento durante a elaboração deste relatório, reconheceu que ele foi morto por causa da atividade do jornalismo. Antes do assassinato, Akhmednabiev informou às autoridades que havia recebido ameaças de morte, mas não foram adotadas medidas adequadas para investigá-las. Akhmednabiev é o segundo jornalista que cobria questões da contrainsurgência a ser assassinado no Daguestão em menos de dois anos. O homicídio de Khadzhimurad Kamalov em 2011 ainda não foi solucionado.

Cinco pessoas foram vítimas de detenção estilo rapto na Inguchétia entre janeiro e março de 2013; duas delas “desapareceram”, segundo o Memorial Human Rights Center. Em agosto, Akhmet Kotiev, diretor do Conselho de Segurança da Inguchétia, foi morto em um suposto ataque insurgente.

De acordo com o Memorial Human Rights Center, uma pessoa “desapareceu” depois do rapto por forças de segurança na Chechênia no primeiro semestre de 2013. Agências de aplicação da lei e segurança sob o controle *de facto* de Ramzan Kadyrov, líder da Chechênia, continuaram com a punição coletiva de parentes e possíveis partidários de supostos insurgentes. Um número cada vez maior de vítimas se recusa a falar sobre as violações devido ao medo de retaliação oficial. Os abusos permanecem impunes e, em grande parte, não são denunciados.

Em setembro, a Promotoria Geral da Rússia acusou o ministro de relações internacionais da Chechênia por falta de cooperação na investigação de casos de desaparecimento de 1990-2000.

As mulheres são forçadas a usar lenços para cobrir a cabeça em prédios públicos e, segundo ativistas locais dos direitos das mulheres, os crimes “de honra” estão aumentando na Chechênia.

Cooperação com o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

Na época em que este relatório foi escrito, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) havia emitido mais de 200 decisões judiciais que responsabilizaram a Rússia por graves violações dos direitos humanos na Chechênia. Pelo menos três se referem a violações cometidas por agentes da lei durante o controle *de facto* de Kadyrov.

Apesar de continuar pagando a indenização financeira necessária às vítimas, a Rússia não implementa a parte essencial das decisões judiciais de forma significativa, pois não realiza investigações eficazes nem responsabiliza os criminosos. Em outubro, quando o TEDH tomou uma decisão sobre o caso de *Abdulkhanov e Outros v. Rússia*, o governo russo reconheceu, pela primeira vez em um caso envolvendo o conflito armado na Chechênia, que houve uma violação do direito à vida.

Em junho de 2013, o TEDH decidiu que a Rússia violou a Convenção Europeia dos Direitos Humanos durante o julgamento e a condenação de Mikhail Khodorkovsky, ex-proprietário da empresa petrolífera Yukos, por acusações de evasão fiscal e fraude em 2005; além disso, concedeu uma indenização de US\$13.500 ao empresário preso.

Abusos relacionados à preparação para os Jogos Olímpicos de 2014

As autoridades continuam intimidando e perseguindo organizações, indivíduos e jornalistas que fizeram críticas ao governo local da cidade de Sóchi, situada às margens do Mar Negro, inclusive por sua preparação para os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014.

Alguns trabalhadores migrantes envolvidos na construção de instalações olímpicas e outras obras de infraestrutura continuam informando que os empregadores não lhes forneceram contratos nem os salários prometidos. A polícia deteve, sob falsas acusações, pelo menos um trabalhador que tentou se queixar de exploração. As autoridades locais não investigaram as queixas dos trabalhadores de forma efetiva; em setembro, iniciaram batidas policiais em grande escala para deter e deportar migrantes irregulares antes dos jogos de 2014.

Mais de 2.000 famílias estão sendo realojadas para obter terras para instalações olímpicas e obras de infraestrutura. Nem todos os despejados receberam uma indenização justa. As autoridades se recusam a indenizar ou realojar outras famílias cujas propriedades foram gravemente danificadas ou alteradas por construções relacionadas aos Jogos Olímpicos.

Cuidados paliativos

Políticas governamentais restritivas e a disponibilidade limitada de tratamento da dor são problemas que persistem e dificultam a prestação de cuidados paliativos. A cada ano, o direito a um alívio adequado da dor é negado a dezenas de milhares de pacientes que

estão morrendo de câncer. Em maio de 2013, um médico de Krasnoyarsk e outra mulher foram considerados culpados e multados por acusações de tráfico ilegal de substâncias controladas depois de ajudar um homem (que estava nos estágios finais de um câncer e sentindo dores debilitantes) a obter medicamentos opioides para a dor. Em setembro, um Tribunal de Apelação exigiu um novo julgamento do caso. O Tribunal responsável pelo novo julgamento impediu a participação de um importante advogado de defesa.

Um decreto do governo de maio de 2013 facilitou um pouco o acesso dos pacientes a medicamentos narcóticos para a dor. No entanto, a implementação é problemática.

Direitos de pessoas com deficiência

O governo adotou várias medidas importantes para demonstrar seu compromisso em garantir um ambiente acessível para seus aproximadamente 13 milhões de cidadãos com deficiência, incluindo a implementação de um Programa de Ambiente Acessível no valor de bilhões de rublos e sua decisão de receber os Jogos Paraolímpicos de Inverno de 2014 em Sóchi.

Todavia, para muitas pessoas com deficiência que vivem na Rússia, participar de atividades básicas da vida diária pode ser extremamente difícil ou até mesmo impossível devido à uma série de barreiras encontradas. Estas incluem a falta de rampas e elevadores, resultando em isolamento em suas casas; a falta de vontade dos empregadores em relação a contratar pessoas com deficiência; e acomodações visuais, auditivas e sensoriais inadequadas em ônibus, trens e estações ferroviárias. A maioria das pessoas com deficiência entrevistadas pela Human Rights Watch que enviaram queixas por escrito ao governo local sobre instalações ou serviços inacessíveis informou que a resposta não veio em tempo hábil ou não foi efetiva.

Centenas de milhares de adultos e crianças com deficiência que precisam de cuidados constantes moram atualmente em instituições fechadas, incluindo muitas pessoas que gostariam e poderiam trabalhar e viver de modo independente com determinados suportes sociais.

Direitos dos migrantes

Em julho de 2013, a polícia de Moscou lançou uma campanha discriminatória contra migrantes irregulares, detendo pessoas com base em sua aparência não eslava com o objetivo explícito de identificar supostas violações de regulamentos de imigração e emprego. Milhares de pessoas foram supostamente colocadas sob custódia. Algumas foram libertadas e outras foram expulsas do país. Centenas foram colocadas em um acampamento improvisado e mantidas em condições desumanas. A campanha para deter e deportar migrantes irregulares se espalhou para outras regiões da Rússia com alta concentração de trabalhadores migrantes, incluindo Sóchi.

Principais atores internacionais

Agentes internacionais mencionaram uma série de preocupações sobre ocorrências na Rússia, condenando a lei de “propaganda” anti-LGBT, a lei de “agentes estrangeiros” e as onerosas inspeções de ONGs que se seguiram à sua adoção, além da realização problemática de importantes julgamentos contra adversários políticos.

Em maio de 2013, os enviados especiais das Nações Unidas para liberdade de associação, defensores dos direitos humanos e liberdade de expressão mencionaram preocupações sérias sobre os “efeitos obstrutivos, intimidantes e estigmatizantes” das ondas de inspeções de ONGs russas em relação à lei de “agentes estrangeiros”.

Durante sua Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos, a Rússia rejeitou importantes recomendações relacionadas à liberdade de associação, direitos da população LGBT e abusos de trabalhadores imigrantes em Sóchi. O secretário-geral do Conselho da Europa e seu comissário para direitos humanos pediram que a Rússia reavaliasse a lei das ONGs; o mesmo aconteceu com os enviados da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

Catherine Ashton, Alta Representante da União Europeia para Assuntos Estrangeiros e Políticas de Segurança, se manifestou contra várias tendências “profundamente perturbadoras” na Rússia, incluindo a repressão à sociedade civil e ativistas políticos, impunidade para violações dos direitos humanos ocorridas no passado e legislação discriminatória contra a população LGBT. Na conclusão da cúpula União Europeia-Rússia realizada em junho de 2013, o Presidente do Conselho Europeu Herman van Rompuy

reconheceu que os direitos humanos continuam sendo um “elemento importante, mas complicado, de nossas relações”.

Governos da União Europeia também criticaram publicamente a situação de direitos humanos na Rússia. A Alemanha e a França condenaram a lei de “agentes estrangeiros”, especialmente depois que organizações alemãs e francesas que atuam em Moscou foram inspecionadas. Funcionários de muitos governos estrangeiros e organizações intergovernamentais também expressaram preocupação sobre a lei de “propaganda” anti-LGBT.

Embora tenha afirmado publicamente seu compromisso com a não discriminação em relação à população LGBT, o Comitê Olímpico Internacional (COI) se recusou a pedir que a Rússia repelisse a lei da “propaganda”. Jacques Rogge, ex-presidente do COI, somente pediu que a Rússia fornecesse “garantias” de que não haverá discriminação em Sóchi. O atual presidente do COI, Thomas Bach, se negou a condenar a lei e declarou que o COI “não pode pretender estar acima de Estados soberanos”.

As relações entre os Estados Unidos e a Rússia ficaram tensas em 2013. Em dezembro de 2012, o Congresso dos EUA adotou uma legislação que propõe a proibição de vistos e o congelamento de bens para funcionários do governo russo envolvidos na morte do advogado tributarista informante Sergei Magnitsky e na tortura ou morte de outros denunciantes. A lista inicial incluía 18 nomes, dos quais 16 estavam diretamente relacionados ao caso Magnitsky. Em resposta, a Duma adotou uma lei que proíbe a adoção de órfãos russos por americanos. Em janeiro de 2013, os Estados Unidos se retiraram do componente da sociedade civil da Comissão Presidencial Bilateral Estados Unidos-Rússia devido a desentendimentos sobre a lei de “agentes estrangeiros”.

O Presidente americano Barack Obama cancelou uma cúpula com Putin marcada para setembro, citando a falta de progresso na agenda bilateral, incluindo sobre violações de direitos humanos. Foi realizada uma reunião entre os ministros de relações internacionais e de defesa dos Estados Unidos e da Rússia, mas os direitos humanos não foram abordados. Mais tarde, Obama comentou que se sentia pessoalmente “ofendido” pela “legislação contra gays e lésbicas” da Rússia.

Política externa

A política externa da Rússia impediu a responsabilização por violações do direito humanitário e, durante grande parte do ano, a ajuda humanitária para todas as pessoas na Síria. Em uma tentativa de evitar qualquer “mudança de regime”, intervenção militar e discriminação do governo sírio por abusos, a Rússia (aliada e partidária do governo sírio) tampouco executou ações para encerrar os crimes de guerra e crimes contra a humanidade, responsabilizar os criminosos e garantir acesso à ajuda humanitária para pessoas em todas as regiões da Síria, incluindo áreas ocupadas por rebeldes.

Até os ataques com armas químicas de 21 de agosto, a Rússia e a China continuavam impedindo ações significativas por parte do Conselho de Segurança da ONU em relação à Síria. Depois dos ataques, a Rússia apoiou uma resolução do conselho que exigia que o governo sírio eliminasse seu programa de armas químicas. A Rússia também permitiu a aprovação de uma declaração do Presidente do Conselho exigindo acesso humanitário imediato, seguro e sem obstáculos em toda a Síria. Além disso, continua obstruindo os esforços de alguns membros do conselho em relação a encaminhar a situação na Síria ao Tribunal Penal Internacional, que teria autorização para examinar crimes graves cometidos por todas as partes envolvidas no conflito.

Em 2013, a Rússia deu continuidade a propostas destinadas a enfraquecer a autonomia de organismos de tratados da ONU. Estas incluem a “supervisão” por países-membros, permitindo que os Estados sob revisão negociassem questões que seriam perguntadas pela comissão específica.

Apesar da solicitação explícita do Conselho de Direitos Humanos da ONU para responder a situações de violações dos direitos humanos, a Rússia continua desempenhando um papel negativo, pois questiona o envolvimento do conselho em países específicos em que tal envolvimento era necessário, incluindo Sri Lanka, Belarus e Síria, dizendo que a resposta do Conselho é politizada.



موتٌ من السماء

الغارات الجوية المتممدة والعنشوائية على المدنيين

HUMAN
RIGHTS
WATCH

SÍRIA

O conflito armado na Síria se agravou ainda mais em 2013 à medida que o governo intensificou seus ataques e começou a usar armas cada vez mais mortais e de forma indiscriminada, culminando em um ataque com armas químicas na zona rural de Damasco em 21 de agosto. As forças do governo e milícias pró-governo também continuam torturando detentos e cometendo execuções.

As forças da oposição armada, incluindo um crescente número de combatentes estrangeiros pró-oposição, também cometem graves abusos, incluindo ataques indiscriminados contra civis, execuções, sequestros e tortura. De acordo com Ban Ki-moon, Secretário-geral das Nações Unidas, mais de 100.000 pessoas foram mortas no conflito até julho de 2013. A propagação e a intensificação dos combates causaram uma grave crise humanitária que gerou milhões de deslocados internos ou pessoas que buscam refúgio em países vizinhos.

Ataques a civis e uso ilegal de armas

Em 21 de agosto, centenas de civis, incluindo muitas crianças, foram mortos em um ataque com armas químicas em áreas próximas a Damasco. Uma investigação da ONU determinou que o agente neurológico sarin foi usado. Embora o governo sírio negue a responsabilidade, as evidências disponíveis sugerem fortemente que forças do governo foram responsáveis pelo ataque. Em resposta às ameaças de ataques americanos e franceses, a Síria aderiu à Convenção sobre Armas Químicas e concordou em eliminar suas armas químicas no primeiro semestre de 2014.

As forças armadas sírias também continuam utilizando bombas de fragmentação—armas proibidas pela Convenção sobre Munições de Fragmentação de 2008, que não foi assinada pelo país. Em nove das 14 províncias do país, a Human Rights Watch identificou 152 locais em que forças do governo utilizaram pelo menos 204 munições de fragmentação. O número real de munições de fragmentação usadas pelas forças do governo sírio é provavelmente maior.

Em dezenas de ocasiões, a força aérea síria soltou armas incendiárias em áreas povoadas, inclusive no pátio de uma escola em al-Qusayr, em dezembro de 2012. Armas incendiárias

contêm substâncias inflamáveis criadas para incendiar objetos ou causar queimaduras e morte.

A força aérea da Síria também realizou ataques indiscriminados (e, em alguns casos, deliberados) contra civis; seu exército atingiu áreas povoadas com mísseis balísticos. Em 2013, a Human Rights Watch investigou nove ataques aparentes com mísseis balísticos que mataram no mínimo 215 pessoas, incluindo 100 crianças. Nenhum alvo militar foi atingido nos ataques. Em sete dos nove casos investigados, a Human Rights Watch não encontrou nenhum sinal de alvos militares aparentes nas proximidades.

Execuções pelo governo e forças pró-governo

Forças do governo sírio e pró-governo realizaram várias operações militares em grande escala em todo o país. Durante elas, as forças do governo e milícias pró-governo praticaram execuções em massa.

Nos dias 02 e 03 de maio, essas forças mataram no mínimo 248 pessoas (incluindo 45 mulheres e 43 crianças) nas cidades de al-Bayda e Baniyas, localizadas na província de Tartous. A esmagadora maioria foi sumariamente executada após o fim dos confrontos militares. Tais ataques foram um dos casos mais mortais de execuções sumárias em massa desde o início do conflito.

Entre janeiro e março, pelo menos 147 corpos foram encontrados no rio da cidade de Aleppo. O local onde os corpos foram descobertos e informações sobre o último paradeiro conhecido das vítimas indicam que as execuções provavelmente ocorreram em áreas controladas pelo governo. Ainda não se sabe quem foram os criminosos nem qual foi sua motivação.

Prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e mortes sob custódia

Desde o início da revolta, as forças de segurança submeteram dezenas de milhares de pessoas a prisões arbitrárias, detenções ilegais, desaparecimentos forçados, maus-tratos e tortura. Para isso, utilizou-se uma extensa rede de instalações de detenção em toda a Síria. Muitos detentos eram jovens na casa dos 20 ou 30 anos; no entanto, crianças, mulheres e idosos também foram presos.

Entre os presos, estão manifestantes e ativistas pacíficos envolvidos na organização, filmagem e relatos sobre os protestos, bem como jornalistas, provedores de ajuda humanitária, advogados e médicos. Em alguns casos, ativistas contaram que as forças de segurança detiveram membros de sua família, inclusive crianças, para pressioná-los a se entregar. Um grande número de ativistas políticos permanece em detenção incomunicável, enquanto outros enfrentaram julgamento (inclusive perante tribunais militares e de contraterrorismo) por exercer seus direitos.

Em 03 de fevereiro, agentes de segurança prenderam Mohammed Atfah, um voluntário do Crescente Vermelho Árabe Sírio que trabalhava com crianças em Homs, em um posto de controle. Um detento que ficou junto de Mohammed e foi solto mais tarde disse à sua família que a saúde de Mohammed havia se deteriorado significativamente durante a detenção e que ele não era mais capaz de reconhecer as pessoas ao seu redor.

Em 13 de março, as forças de segurança também prenderam Nidal Nahlawi e amigos em Damasco enquanto planejavam operações de socorro. Nidal foi acusado de apoio ao terrorismo no âmbito da ampla Lei de Contraterrorismo de julho de 2012.

Ele e outros ativistas, incluindo vários membros do Centro Sírio de Mídia e Liberdade de Expressão (SCM), serão julgados por um tribunal especial de contraterrorismo com base nessa lei. O tribunal em questão não cumpre as normas internacionais básicas para um julgamento justo. As acusações são apresentadas sob o pretexto de combater a militância violenta. Contudo, as alegações contra os ativistas se resumem, na verdade, a atos como distribuição de ajuda humanitária e documentação de violações de direitos humanos.

Os detentos soltos e os desertores descrevem alguns dos métodos de tortura usados pelas forças de segurança da Síria, incluindo espancamentos prolongados (frequentemente com cassetetes e fios), utilização de posições dolorosas, eletrocussão, agressão sexual, retirada das unhas e execução simulada. Em abril de 2013, durante uma visita a uma instalação de detenção de segurança do Estado abandonada em Raqqa, a Human Rights Watch encontrou um dispositivo de tortura *basat al-reeh*—uma engenhoca em forma de cruz utilizada para imobilizar os detentos durante a tortura.

Diversos ex-detentos disseram que viram pessoas morrer por tortura na prisão. Segundo ativistas locais, pelo menos 490 detentos morreram sob custódia em 2013.

Em fevereiro de 2013, a Human Rights Watch documentou a morte de Omar Aziz (64 anos) na prisão. Ele era um ativista pacífico que estava ajudando comitês locais a oferecer ajuda. O detento Ayham Ghazzoul (26 anos), ativista de direitos humanos e membro do SCM, morreu na prisão em novembro, conforme um detento solto informou à sua família.

Abusos por parte da oposição armada

Cada vez mais, grupos da oposição armada estão cometendo abusos graves, incluindo ataques indiscriminados, execuções extrajudiciais, sequestros e tortura. Combatentes estrangeiros e grupos jihadistas estão entre os piores criminosos em relação aos abusos documentados pela Human Rights Watch.

Em 04 de agosto, uma coligação de grupos da oposição liderados predominantemente por grupos de militantes islâmicos realizou uma operação na zona rural de Latakia. Alguns integrantes dos grupos mataram pelo menos 190 civis, incluindo 57 mulheres, 18 crianças (no mínimo) e 14 homens idosos. Muitos deles foram executados sumariamente. Grupos da oposição armada estão envolvidos em outros ataques indiscriminados contra a população civil, incluindo carros-bomba e ataques com morteiros em áreas civis controladas pelo governo dentro da Síria, além de ataques transfronteiriços em aldeias xiitas no Líbano.

Os grupos da oposição armada que lutam na Síria também estão utilizando crianças em combate e para outros fins militares. Além disso, escolas foram usadas como bases militares, quartéis, centros de detenção e postos de atiradores, transformando locais de aprendizagem em alvos militares e colocando as vidas de estudantes em perigo.

Crise de deslocamento

O Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) estima que 4,25 milhões de sírios são deslocados internos. Em 2013, agências de ajuda humanitária enfrentaram desafios significativos para levar auxílio aos deslocados e à população civil afetada dentro da Síria por causa dos cercos impostos pelo governo e por combatentes da oposição, a recusa contínua do governo em permitir que a ajuda atravessasse a fronteira e a falha dos grupos da oposição armada em garantir a segurança dos trabalhadores humanitários.

Os ataques a profissionais e instalações da área da saúde diminuíram significativamente a capacidade do país de proteger o direito à saúde: 32 dos 88 hospitais públicos do país foram fechados; as forças do governo detiveram, torturaram e mataram centenas de profissionais da saúde e pacientes, além de deliberadamente atacar veículos que transportavam pacientes e suprimentos. Um relatório recente do Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC) concluiu que “a negação de assistência médica como arma de guerra é uma realidade distinta e assustadora da guerra na Síria”.

Até 18 de novembro de 2013, 2,23 milhões de sírios haviam se registrado junto à Agência de Refugiados da ONU (ACNUR) ou estavam à espera de registro como refugiados—a grande maioria no Líbano, Jordânia, Turquia, Iraque e Egito. Em 2013, Iraque, Jordânia e Turquia proibiram a entrada de dezenas de milhares de sírios. Um dos métodos foi a limitação dos números diários e do perfil das pessoas que poderiam cruzar suas fronteiras; outro foi fechar inteiramente as fronteiras e permitir apenas a entrada esporádica de um número limitado de indivíduos. Os sírios que ficaram presos por causa disso vivem em condições precárias e estão sujeitos a ataques por forças do governo.

Os quatro países vizinhos que aceitam refugiados sírios negaram a obtenção de status legal. O Ministro da Defesa de Israel Ehud Barak afirmou que Israel impediria “ondas de refugiados” de fugir da Síria para as Colinas de Golã (que estão ocupadas).

Em 13 de janeiro de 2013, funcionários de um aeroporto egípcio deportaram dois sírios de volta para a Síria, violando as obrigações de não repulsão do país. Em 08 de julho—sem nenhum aviso—, o governo egípcio alterou sua política de entrada para sírios, exigindo a obtenção prévia de um visto e um certificado de segurança. No mesmo dia, o Egito proibiu a entrada de 276 pessoas que chegavam da Síria; além disso, um avião foi forçado a voar de volta para o país. Nos dias 19 e 20 de julho, forças de segurança egípcias prenderam dezenas de homens sírios e alguns meninos em postos de controle nas estradas principais do Cairo. Alguns deles foram presos arbitrariamente. As autoridades deportaram pelo menos 24 deles (incluindo sete meninos) para países vizinhos.

Palestinos da Síria enfrentaram obstáculos adicionais. Desde março, a Jordânia tem rotineiramente negado a entrada de refugiados palestinos da Síria. O Egito também restringiu a entrada de palestinos da Síria a partir de janeiro. Em 06 de agosto, o governo libanês também começou a proibir a entrada da maioria dos palestinos da Síria.

Em 2013, aumentou o número de refugiados da Síria que tentou chegar à Europa—inclusive por rotas perigosas de contrabando. Enquanto alguns países da União Europeia lhes oferecem segurança, em outros (como na Grécia) eles enfrentam detenção e obstáculos significativos para obter proteção.

O ACNUR informou que mais de 75% dos refugiados sírios registrados em países vizinhos são mulheres e crianças que enfrentam vulnerabilidades específicas. Agências de auxílio informam que os casos de violência doméstica, assédio sexual e exploração aumentaram. Restrições sociais e o medo limitam a mobilidade de mulheres refugiadas, limitando seu acesso a atividades geradoras de renda ou a serviços de saúde e outros serviços essenciais.

Na época em que este relatório foi escrito, o ACNUR relatou que apenas 62% de seu apelo para a resposta regional a refugiados tem verbas, deixando um déficit de US\$1,14 bilhão no orçamento. Como resultado, o ACNUR cortou assistências a refugiados, incluindo subsídios para atendimento médico e fornecimento de produtos básicos.

Principais agentes internacionais

O Conselho de Segurança da ONU (Conselho de Segurança) permanece muito dividido em relação à Síria. O ataque com armas químicas de 21 de agosto levou os governos dos Estados Unidos e da Rússia a negociar um acordo. O resultado foi uma resolução do Conselho de Segurança, datada de 27 de setembro, que exige que o governo sírio destrua seu programa de armas químicas e coopere com os inspetores internacionais. Em 02 de outubro, o Conselho de Segurança fez uma declaração presidencial que pede ação imediata para garantir acesso humanitário seguro e sem obstáculos em toda a Síria, inclusive por meio das fronteiras, conforme o caso.

Apesar dessas ocorrências, a oposição russa e chinesa impidiu o Conselho de Segurança de encaminhar a situação ao Tribunal Penal Internacional (TPI), o que obstrui a responsabilização por violações cometidas durante o conflito.

A Assembleia Geral e o Conselho de Direitos Humanos aprovaram resoluções sobre a Síria com maioria esmagadora em 2013. O Conselho de Direitos Humanos prorrogou—até março de 2014—a comissão internacional de inquérito criada para investigar violações e identificar os responsáveis sempre que possível. No total, 64 países pediram que o Conselho de Segurança encaminhasse a situação da Síria ao TPI, incluindo seis membros

do Conselho de Segurança: França, Reino Unido, Luxemburgo, Argentina, Austrália e Coreia do Sul. A França incluiu um encaminhamento ao TPI em um rascunho inicial da resolução do Conselho de Segurança sobre o uso de armas químicas. No entanto, ele foi removido posteriormente durante as negociações sobre o texto. O encaminhamento não recebeu apoio dos Estados Unidos e da China. A Rússia declarou que um encaminhamento ao TPI seria “inoportuno e contraproducente”.

A Coligação Nacional para as Forças Revolucionárias e de Oposição da Síria (um agrupamento abrangente formado por facções da oposição síria) continuou recebendo apoio internacional em 2013, além de reconhecimento como representante legítimo do povo sírio. Apesar disso, a coligação não conseguiu criar uma oposição política ou militar unificada. Grupos da oposição armada na Síria estão recebendo apoio financeiro e militar da Arábia Saudita, Catar, Turquia e Estados Unidos. O Reino Unido e a França oferecem ajuda não letal a grupos da oposição armada.

Os governos do Irã, Rússia e China continuam apoiando o governo sírio, seja diplomaticamente ou por meio de apoio financeiro e militar.

A União Europeia como um todo continua sendo o segundo maior doador humanitário para a crise síria, atrás apenas dos Estados Unidos. Entretanto, apesar do compromisso declarado da União Europeia com o TPI e com a justiça para crimes graves, a alta representante da UE não foi capaz de assegurar uma voz e uma estratégia coletivas fortes que contribuíssem para as chances de levar os crimes cometidos na Síria ao TPI. Vinte e sete países-membros da União Europeia—todos menos a Suécia—aderiram a uma iniciativa liderada pela Suíça que solicita que o Conselho de Segurança encaminhe a situação na Síria ao TPI.

VENEZUELA

Na eleição presidencial de abril de 2013, realizada semanas após a morte do Presidente Hugo Chávez, seu sucessor Nicolás Maduro obteve uma vitória apertada, segundo as autoridades eleitorais do país. A Suprema Corte e o Conselho Nacional Eleitoral rejeitaram os recursos apresentados por Henrique Capriles Radonski, o candidato da oposição, que contestou os resultados. A controvérsia relacionada aos resultados causou manifestações e contramanifestações que deixaram, no mínimo, nove mortos e dezenas de feridos. Também houve uso excessivo de força e detenções arbitrárias pelas forças de segurança.

Sob a liderança do Presidente Chávez e, atualmente, do Presidente Maduro, o acúmulo de poder no poder executivo e o fim de garantias de direitos humanos permitiram que o governo intimidasse, censurasse e processasse seus opositores. Apesar de muitos venezuelanos continuarem criticando o governo, a possibilidade de sofrer represálias—na forma de ação arbitrária ou abusiva do estado—diminuiu a capacidade dos juízes de julgar casos politicamente sensíveis de forma justa. Além disso, forçou jornalistas e defensores de direitos a avaliar as consequências da divulgação de informações e opiniões contrárias ao governo.

Em setembro de 2013, entrou em vigor a decisão do governo de se retirar da Convenção Americana de Direitos Humanos. Assim, os venezuelanos perderam o acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, um tribunal internacional que protegeu seus direitos por décadas em vários casos.

Os abusos policiais, as condições das prisões e a impunidade em casos de abuso cometidos pelas forças de segurança ainda são problemas graves.

Violência pós-eleitoral

Segundo grupos locais, as forças de segurança utilizaram força excessiva e detenções arbitrárias para dispersar as manifestações contra o governo ocorridas após as eleições de abril. O Foro por la Vida (uma rede de 18 organizações de direitos humanos da Venezuela) informou, por exemplo, que as forças de segurança haviam detido arbitrariamente pelo menos 62 indivíduos, além de terem ferido outros 38, em manifestações ocorridas no

Estado de Lara em 15 e 16 de abril. Os detentos informaram que foram espancados, ameaçados com violência sexual e ficaram sem comer por mais de 24 horas.

De acordo com informações oficiais, seis manifestações “violentas e agressivas” foram realizadas após as eleições. Nestas, 35 pessoas ficaram feridas e 15 centros de saúde, cinco sedes de partidos políticos e uma ouvidoria sofreram atos de vandalismo. Fontes oficiais informaram que nove indivíduos foram mortos na ocasião; as circunstâncias das mortes não foram esclarecidas.

O Presidente Maduro e outros funcionários de alto nível têm utilizado a ameaça de investigações criminais como ferramenta política, responsabilizando Capriles por todos os atos de violência ocorridos durante as manifestações. A Procuradoria Geral investigou incidentes envolvendo vítimas que eram partidárias do governo, mas não foi capaz de realizar investigações minuciosas de alegações críveis de abusos pós-eleitorais cometidos pelas forças de segurança.

Independência judicial

Desde que o Presidente Chávez e seus partidários na Assembleia Nacional assumiram o controle político da Suprema Corte em 2004, o poder judiciário praticamente parou de funcionar como um poder independente do governo. Membros da Suprema Corte rejeitaram abertamente o princípio de separação de poderes, se comprometeram publicamente com a defesa da agenda política do governo e tomaram repetidas decisões a seu favor, validando seu desrespeito aos direitos humanos.

A juíza María Lourdes Afiuni ainda está enfrentando um processo criminal resultante de uma decisão contra o governo que foi tomada em 2009. Em dezembro de 2009, Afiuni foi detida no dia em que autorizou a liberdade condicional de um opositor do governo que havia passado quase três anos na prisão à espera de julgamento por acusações de corrupção. Embora sua decisão estivesse de acordo com uma recomendação dos monitores internacionais de direitos humanos—e cumprisse a lei da Venezuela—, um juiz provisório que havia declarado publicamente sua lealdade a Chávez ordenou que ela fosse julgada por acusações de corrupção, abuso de autoridade e “favorecimento da evasão da justiça”. Afiuni passou mais de um ano em condições deploráveis em uma penitenciária feminina e mais de dois anos em prisão domiciliar. Ela recebeu liberdade condicional em

junho de 2013. Na época em que este relatório foi escrito, uma ordem judicial a proibia de fazer declarações públicas sobre seu caso.

Liberdade de imprensa

Durante a última década, o governo aumentou e abusou de seus poderes para controlar a imprensa. Apesar de duras críticas ao governo ainda serem comuns em vários jornais e em algumas estações de rádio, o medo de represálias transformou a autocensura em um problema grave.

Em 2010, a Assembleia Nacional alterou a lei de telecomunicações para que o governo tivesse o poder de suspender ou revogar as concessões de meios de comunicação privados se isso fosse “conveniente para os interesses da nação”. Também expandiu o âmbito de um estatuto restritivo de radiodifusão para abranger a Internet, permitindo a suspensão arbitrária de sites pelo crime vago de “incitamento”. Antes disso, alterações no código penal haviam expandido o âmbito e aumentado a gravidade de leis de difamação que criminalizam o desrespeito a altos funcionários do governo.

O governo adotou medidas agressivas para reduzir a disponibilidade de meios de comunicação que têm programação crítica. A RCTV (o canal privado de televisão mais antigo da Venezuela) foi arbitrariamente removida das ondas públicas em 2007 e, em 2010, expulsa da TV a cabo.

Mais tarde, o governo fez sanções administrativas contra a Globovisión, que, por anos, foi o único grande canal que continuava tendo uma postura crítica em relação a Chávez. A autoridade de radiodifusão abriu nove inquéritos administrativos contra o canal. Em um caso, foi imposta uma multa de US\$2,1 milhões por suposta violação do estatuto de radiodifusão quando a Globovisión exibiu imagens de uma rebelião de presos em 2011. Em abril de 2013, a Globovisión foi vendida a partidários do governo, porque, segundo seu proprietário, havia se tornado inviável em termos políticos, econômicos e legais. Desde então, sua programação crítica diminuiu significativamente.

Outros meios de comunicação também sofreram com sanções arbitrárias e censura do governo. Em agosto de 2013, por exemplo, em um caso apresentado pelo ouvidor, um tribunal especializado na proteção de crianças multou o jornal *El Nacional* por publicar, na primeira página, uma fotografia de dezenas de corpos nus no necrotério de Bello Monte,

em Caracas. A imagem acompanhava um artigo sobre armas ilegais e violência, que estão entre as principais preocupações do público na Venezuela. Desde a impressão da foto em 2010, o tribunal proibiu o jornal de publicar “imagens, informações e qualquer tipo de publicidade contendo sangue, armas e mensagens de terror, agressão física, imagens com conteúdo de guerra e mensagens sobre mortes que poderiam alterar o bem-estar psicológico de crianças e adolescentes na Venezuela”.

Em novembro de 2013, a autoridade de radiodifusão abriu um inquérito administrativo contra oito provedores de Internet por autorizar sites que publicavam informações sobre taxas de câmbio não oficiais e ameaçou revogar suas licenças se tais sites não fossem bloqueados imediatamente. Dias depois, pediu que o Twitter suspendesse as contas relacionadas aos sites em questão.

Defensores dos direitos humanos

O governo venezuelano tem procurado marginalizar os defensores de direitos humanos do país, acusando-os repetidamente de tentar enfraquecer a democracia da Venezuela com o apoio do governo dos Estados Unidos. Em julho de 2013, por exemplo, o ministro do interior acusou Rocío San Miguel, diretora da organização não governamental Control Ciudadano, de ser uma “agente da CIA na Venezuela” e responsável por realizar uma “campanha psicológica” contra as políticas de segurança do governo.

Em 2010, a Suprema Corte decidiu que os indivíduos ou organizações que recebem verbas estrangeiras poderiam ser processados por “traição”. Além disso, a Assembleia Nacional aprovou uma lei que impede organizações que “defendem direitos políticos” ou “monitoram o desempenho de órgãos públicos” de receber assistência internacional.

Em outubro de 2013, a Assembleia Nacional criou uma “comissão especial” para investigar as fontes de verbas de “escritórios ou organizações com finalidades políticas e grupos que agem com a finalidade de desestabilizar e gerar comoção e golpe[s] de estado para enfraquecer a ordem constitucional”.

Abusos cometidos pelas forças de segurança

O número de crimes violentos é muito alto na Venezuela. Em maio de 2013, o Presidente Maduro lançou o “Plano de Segurança Interna”, convocando três mil militares para

participar de operações conjuntas de segurança pública com as forças policiais. Os militares não têm treinamento adequado para executar essas tarefas.

As mortes causadas pelas forças de segurança são um problema crônico. De acordo com as estatísticas oficiais mais recentes, agentes da lei supostamente mataram 7.998 pessoas entre janeiro de 2000 e o primeiro trimestre de 2009. Em julho de 2013, militares abriram fogo contra um carro no Estado de Falcón, matando a motorista e uma de suas filhas e ferindo as outras duas. Depois que o caso recebeu cobertura generalizada da mídia, promotores acusaram 10 militares por sua suposta responsabilidade nas mortes. No entanto, a impunidade continua sendo a norma.

O governo criou a Polícia Nacional Bolivariana (PNB) em abril de 2008 e aprovou medidas para promover o policiamento não abusivo. Elas foram propostas por uma comissão formada por representantes do governo e de ONGs. Em agosto de 2013, havia 14.478 policiais da PNB trabalhando em oito estados.

Em junho de 2013, a Assembleia Nacional aprovou uma nova Lei de Prevenção e Sanção da Tortura e Outros Tratamentos Cruéis ou Desumanos que *impõe* penalidades a prática, colaboração, acobertamento e obstrução de investigações criminais em relação a esses atos. A lei já entrou em vigor e prevê penas de até 25 anos para tais crimes.

Condições das prisões

As prisões venezuelanas estão entre as mais violentas da América Latina. Problemas como fraca segurança, deterioração da infraestrutura, superlotação, guardas insuficientes e despreparados e corrupção permitem que grupos armados controlem as prisões. Centenas de mortes violentas nas prisões ocorrem todos os anos. Em janeiro de 2013, pelo menos 56 prisioneiros e um membro da Guarda Nacional foram mortos durante um confronto entre membros da Guarda Nacional e presos no qual as forças de segurança usaram força letal durante uma busca de armas na prisão de Uribana, localizada no Estado de Lara. Quarenta e seis prisioneiros foram hospitalizados com ferimentos graves.

Direitos trabalhistas

A discriminação política contra trabalhadores em instituições do estado ainda é um problema. Em abril de 2013, o Ministro da Habitação Ricardo Molina exigiu que todos os

funcionários do ministério que apoiavam a oposição pedissem demissão, afirmando que demitiria todos que fizessem críticas a Maduro, Chávez ou à “revolução”. O Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello recebeu denúncias envolvendo centenas de trabalhadores de instituições públicas—incluindo a companhia petrolífera estatal, a agência responsável pela alfândega e impostos e empresas estatais de energia elétrica—que foram supostamente ameaçados de demissão devido ao apoio a Capriles, ou pela falta de apoio explícito ao governo, após as eleições de abril.

A legislação trabalhista adotada em abril de 2012 inclui cláusulas que limitam a liberdade total necessárias para que os sindicatos elaborarem seus estatutos e elejam seus representantes. Na prática, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que é uma autoridade pública, continua desempenhando um papel excessivo nas eleições sindicais. Isso viola as normas internacionais que garantem aos trabalhadores o direito de eleger seus representantes com total liberdade, segundo condições determinadas por eles.

Principais agentes internacionais

Em 10 de setembro de 2013, entrou em vigor a decisão do governo venezuelano de denunciar a Convenção Americana de Direitos Humanos. Cidadãos e residentes da Venezuela não podem solicitar a intervenção da Corte Interamericana de Direitos Humanos quando os recursos locais forem ineficazes ou estiverem indisponíveis para abusos cometidos a partir dessa data.

Como membro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Venezuela se pronunciou contra a ação da ONU para responder a violações de direitos humanos em locais como a Coreia do Norte. Durante a sessão do Conselho de Direitos Humanos em setembro de 2013, foi o único país a votar contra uma resolução que condenava as violações de direitos humanos cometidas contra os sírios. Por muitos anos, o governo da Venezuela se recusou a autorizar especialistas em direitos humanos da ONU a realizar visitas de averiguação no país.

A Venezuela se tornou presidente *pro tempore* do MERCOSUL em junho de 2013, um ano após entrar para o bloco regional. O Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL afirma que “pleno respeito às instituições democráticas e o respeito aos direitos humanos” são essenciais para a

integração regional e que os países-membros devem “cooperar para a promoção e proteção eficazes dos direitos humanos”. Como não trataram da ausência de um poder judiciário independente na Venezuela e dos esforços do governo para enfraquecer as proteções dos direitos humanos, os outros países-membros do MERCOSUL não conseguiram cumprir esses compromissos.

A Venezuela apoiou uma campanha do Equador para enfraquecer a independência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e limitar as verbas e a eficácia de seu enviado especial sobre a liberdade de expressão. Apesar de não terem conseguido apoio para esse esforço na reunião da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos realizada em março de 2013, os dois governos, bem como outros membros da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), deixaram clara sua intenção de continuar pressionando para que tais alterações ocorram no futuro.



HUMAN
RIGHTS
WATCH

RELATÓRIO MUNDIAL | 2014

EVENTOS DE 2013

HUMAN RIGHTS WATCH
350 Fifth Avenue
New York, NY 10118-3299
www.hrw.org

Capa: **Síria** — Dois meninos em uma escola bombardeada pelo governo em Aleppo, Síria. Fevereiro de 2013.
© 2013 Nish Nalbandian/Redux

Contracapa: **Sudão do Sul** — Uma jovem com um rebanho de gado nas redondezas de Bor, no estado Jonglei. O gado tem uma importância social, econômica e cultural significativa para grupos étnicos no Sudão do Sul, onde as vacas são utilizadas como forma de pagamento o dote, umas das principais causas do casamento infantil. Fevereiro de 2013.
© 2013 Brent Stirton/ Reportagem da Getty Images para a Human Rights Watch

Design gráfico da capa por Rafael Jiménez

Este 24º Relatório Mundial anual resume as condições de direitos humanos em mais de 90 países e territórios em todo mundo em 2013. Reflete o amplo trabalho de investigação que a equipe da Human Rights Watch desenvolveu ao longo do ano, frequentemente em estreita colaboração com ativistas de direitos humanos locais